

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Os Administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (“CONASA”) apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A evolução dos resultados da Companhia nos últimos anos e as significativas mudanças nos cenários macroeconômico e concorrencial levaram à ampliação da estratégia de negócios, passando a CONASA a atuar em todas as áreas de infraestrutura.

Em 14 de novembro de 2016 a Companhia formalizou o Pedido de Registro de Emissor de Valores Mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários - CVM na Categoria A e listagem na BM&FBovespa, no segmento BOVESPA MAIS.

A estratégia a listagem no BOVESPA MAIS está associada a um planejamento de longo prazo que visa agregar capacidade de investimento e liquidez às ações, ao mesmo tempo implantando imediatamente os mais altos padrões de governança corporativas em um ambiente transparente e parametrizado pelas regras da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários.

Com a possibilidade aumento gradual das ações em circulação, a Companhia planeja, durante o prazo permitido no ambiente do BOVESPA MAIS, agregar projetos e demonstrar para o mercado sua capacidade de crescimento, bem como sua capacidade de performance sobre os projetos operacionais.

Principais destaques

A Companhia é uma holding focada em infraestrutura, detentora no encerramento de 2016 de participação relevante, direta e indiretamente, em 13 empresas, sendo 8 concessões ou PPPs (Parceria Público Privado) de saneamento básico e iluminação pública.

A Companhia Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão ao final de 2015, firmando o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, repactuando investimentos e as tarifas. Com o reequilíbrio, a receita bruta da controlada, excluída a receita de construção, passou de R\$ 35.489 para R\$ 47.994.

Até o final da concessão, no sistema de abastecimento de água serão investidos R\$ 149.909, e no de esgotamento sanitário os investimentos irão somar R\$ 353.931, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014.

Em 2016, com um investimento de R\$ 19.826 a Águas de Itapema ampliou a rede de esgoto em 14km e atingirá 17 km no início de 2017, ampliando a cobertura de esgoto de 68% para 74,2% da população do município.

Ainda no segmento de saneamento, a Sanesalto Saneamento S.A. concluiu a primeira fase dos investimentos em expansão e melhoria da capacidade de tratamento da ETE Santa Isabel, com a implantação de sistema de pós tratamento de lodos ativados em um investimento de R\$ 12.000. O investimento foi necessário devido a carga orgânica acima do previsto originalmente no edital da concessão, com início de operação em 19 de agosto de 2016.

A Águas de Meriti encerrou o exercício de 2016 implantando a estrutura inicial para execução do escopo contratual de coleta e tratamento de esgoto no município de São João de Meriti. A concessionária realizou 12.695 atendimentos aos usuários, incluindo realizados na Loja de Atendimento ao Usuário ou através de atendimento telefônico (8.548). Outro serviço com significativa demanda foi a desobstrução de rede/ramal de esgoto (3.336). Os serviços restantes foram distribuídos entre limpeza de poços de visita e substituição de tampas de poços de visitas.

Os investimentos realizados, sempre vinculados ao escopo do contrato de concessão, centraram-se primeiro na construção de um cadastro comercial e técnico que atingiu o percentual de execução de 70,6% da meta necessária à emissão das contas de consumo. No aspecto técnico, o cadastro registrou no ano de 2016 um total de 259 km de redes, coletores tronco e emissários. A implantação de redes somou 1.886 metros. A previsão de início de faturamento foi prorrogada para o exercício de 2017, pelo atraso da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) na transferência das informações para faturamento.

Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar o resultado da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Posteriormente, como será detalhado na Nota Explicativa 30 de Eventos Subsequentes, em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio. Em 31 de janeiro de 2017, a concessionária ingressou com Ação declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município.

A Sanetrat concluiu em 2015 a ampliação e atualização tecnológica da estação de tratamento de efluentes industriais ("ETEI"), localizada na cidade de Salto, São Paulo, que proporcionou crescimento orgânico de 27% em seu faturamento, comparado com o ano anterior. Em 2016, fruto da expansão, obteve licença de operação adicional que suprimiu a Exigência Técnica (ET-3) da CETESB, da necessidade de tratar os efluentes industriais abaixo do limite de 60 mg/l de DBO, aumentando a capacidade de recebimento de efluentes industriais e ampliando o faturamento da Companhia de R\$ 4.559 para R\$ 4.983. Além disso, a Companhia avançou na instalação da ETEI em Porto Belo - SC.

No segmento de iluminação pública, a receita líquida passou de R\$ 59.484 para R\$ 84.019, fruto da expansão de projetos, reequilíbrio econômico de contrato e aumento nos investimentos realizados pelas concessionárias do grupo.

A CaraguaLuz, detentora da PPP de iluminação pública de Caraguatatuba - SP, instalou 4.626 luminárias LED e completará 100% do município nessa tecnologia até o exercício de 2018. Com um investimento no parque de iluminação de R\$ 11.632 apenas no exercício de 2016, a Companhia demonstra a viabilidade de PPPs no setor.

A Alegrete, detentora da PPP de iluminação pública em São João do Meriti - RJ, investiu em 2016 R\$ 4.081 para a expansão de 1.119 luminárias na tecnologia LED. Em fevereiro de 2016, a Alegrete obteve o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de PPP. O setor elétrico passou por diversas decisões regulatórias e efeitos climáticos que culminaram em um aumento de R\$ 685 no custo de energia da PPP, o principal custo da empresa. Após abertura de processo administrativo e comprovação dos fatos relatados, o contrato teve sua contraprestação ajustada para o novo patamar de preços de energia elétrica. Ainda no exercício de 2016, o Município e a concessionária firmaram o 2º Termo Aditivo que definiu a substituição da totalidade dos pontos de iluminação pública por tecnologia LED até o exercício de 2019, bem como padronizou os indicadores operacionais inserindo um verificador independente para auditoria do desempenho da concessionária.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada para gestão da iluminação pública do Município de Mauá - SP. A proposta foi homologada e o consórcio vencedor constituiu a Mauá Luz Ltda., da qual a Companhia detém 20% em contrato de parceria com a Urbeluz. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350.

No exercício fiscal de 2016, os resultados da CONASA refletiram as relevantes melhorias operacionais e de desempenho financeiro implementadas no exercício de 2015 na Companhia e em suas Investidas.

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, passando de R\$ 123.800 em 2015 para R\$ 160.804 em 2016. A elevação de receitas advém essencialmente das revisões tarifárias, ampliação de receitas em novos negócios e investimentos realizados.

Vale ressaltar que na receita consolidada da CONASA não apresenta a consolidação contábil das participações na Sanesalto, cuja receita líquida somou R\$ 23.537, concessionária sobre a qual detém 49,95% das ações, e na Águas de Meriti, concessionária a qual detém indiretamente 49% das cotas e da MauáLuz, em que detém 20% das cotas, ambas em início de operação.

O EBITDA evoluiu de R\$ 49.793 em 2015 para R\$ 52.764 em 2016, partindo de R\$ 27.487 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, desenvolvendo novos negócios e reduzindo a alavancagem financeira, além da conclusão de processos de reequilíbrio econômico que se efetivaram em 2016, garantindo o direito das concessionárias ao retorno dos investimentos realizados.

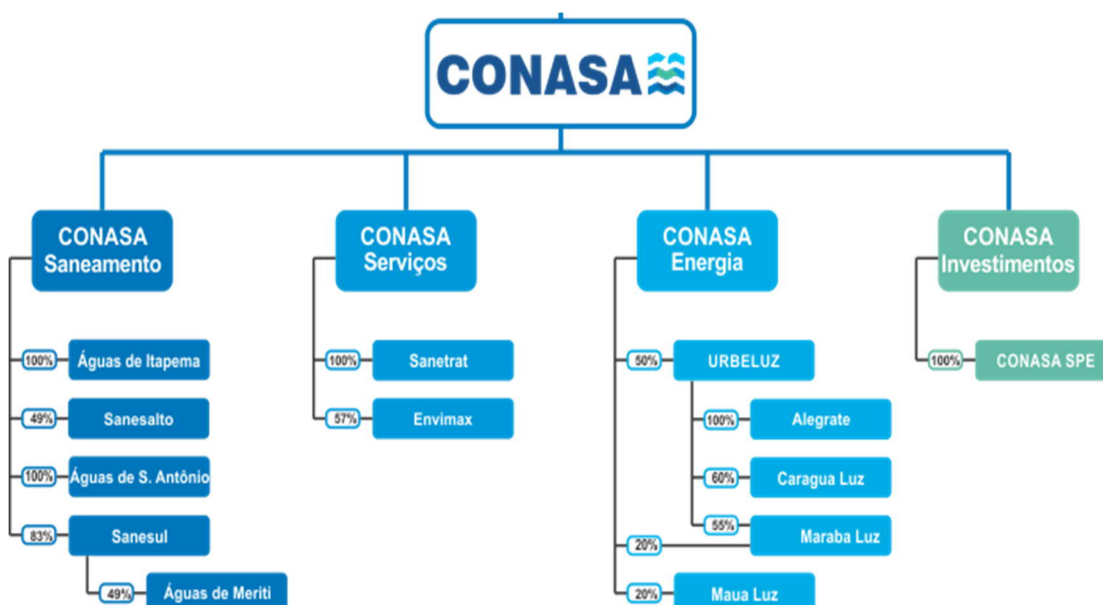
A Administração da CONASA reitera o compromisso em prover a expansão da infraestrutura sob sua responsabilidade, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E HISTÓRICO

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. é a holding de investimento focada em infraestrutura, notadamente concessões e PPPs de saneamento básico e iluminação pública.

A estrutura organizacional concebida, com atuação conjunta da Holding com as SPEs, permite a centralização da estrutura estratégica de operação e desenvolvimento de novos negócios, mantendo nas empresas investidas a estrutura restrita necessária para o operacional.

Abaixo, a estrutura organizacional da CONASA em 2016.



As áreas Saneamento, Serviços, Energia e Investimentos não possuem personalidade jurídica específica, se tratando de áreas de negócio internas da CONASA.

No exercício de 2016 foi consolidada a centralização da controladoria de todas as Investidas que exercem suas atividades sob o regime de concessão e atuam na prestação de serviços, incluindo todas atividades financeiras, contábeis, de recursos humanos e jurídicas.

HISTÓRICO

A CONASA Infraestrutura S.A. foi constituída em 2007 para ser um dos agentes privados no setor de infraestrutura do Brasil, com foco em saneamento, serviços ambientais e energia.

O setor de saneamento apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas.

A carência de investimentos em outros setores de infraestrutura no país motivou a Companhia a expandir a atuação para novos mercados, passando a abranger também as áreas de energia e saneamento ambiental.

A Companhia atua como holding, detendo participações relevantes, em sua maioria controladora, de sociedades de propósito específico concessionárias de serviços públicos de saneamento básico e iluminação pública, além de empresas voltadas a prestação de serviço.

Fazem parte atualmente do grupo econômico: 1. No segmento de concessões de saneamento (i) Águas de Itapema, concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Itapema - SC; (ii) Sanesalto, concessionária de tratamento de esgoto do município de Salto - SP; (iii) Águas de Santo Antônio, concessionária de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ; (iv) Águas de Meriti, concessionária de tratamento de esgoto do município de São João do Meriti - RJ; 2. No segmento de iluminação pública (v) Urbeluz, empresa especializada em obras de eficiência energética e de iluminação pública; (vi) Alegrete, concessionária da PPP de iluminação pública do município de São João do Meriti - RJ; (vii) CaraguaLuz, concessionária da PPP de iluminação pública do município de Caraguatatuba - SP; (viii) MarabáLuz, SPE em fase pré-operacional concessionária da PPP de iluminação pública do município de Marabá - PA; (ix) MauáLuz, SPE concessionária da PPP de iluminação pública do município de Mauá - SP; 3. No segmento de serviços (x) Sanetrat, empresa de tratamento de efluentes industriais; (xi) Envimax, empresa de remediação de solo e engenharia ambiental; e 4. No segmento de investimentos (xi) Conasa SPE, empresa criada pela CONASA para investimentos conjuntos.

A Águas de Itapema é a concessionária dos serviços de água e esgoto do município de Itapema - SC, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 59 mil habitantes e população flutuante de até 300 mil no verão, foram investidos R\$ 134.411 em obras de água e esgoto, sendo que R\$ 99.466 foram direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. Outros R\$ 34.945 foram aplicados nas obras que puseram fim ao problema de falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão.

Em 2015 a Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro que pesava sobre o contrato de concessão em função da antecipação de diversos investimentos e a realização de investimentos não previstos inicialmente, todos necessários para fazer frente ao crescimento de Itapema em condições diversas daquelas pensadas quando da licitação.

Nesse processo de reequilíbrio foram comprometidos recursos de R\$ 503,8 milhões para investimento até o novo termo do contrato, estipulado agora para o ano de 2044. Dessa soma R\$ 149,9 milhões no sistema de abastecimento de água, visando atender o crescimento que se projeta para a cidade, mantendo 100% de cobertura e R\$ 353,9 para levar o atendimento com serviços do sistema de abastecimento de esgoto até o patamar de 97,42 % de atendimento em 2044.

A Sanesalto iniciou a construção do sistema de tratamento de esgoto no Município de Salto - SP, o qual não contava com tratamento de esgoto. Opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto por 25 anos. Com investimentos de R\$ 70.331, inicialmente, a companhia elevou, o percentual de atendimento com tratamento de esgoto de 0 % para 91%, representando um avanço memorável para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê. O tratamento inicialmente implantado consistia em um sistema biológico ao qual se agregou um sistema de lodos ativados o que levou o nível de tratamento a uma eficiência de até 95%.

Em 2008, a CONASA adquiriu a Águas de Santo Antônio, concessionária de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ. Com investimentos de mais de R\$ 7.058 até o encerramento do exercício de 2015, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município. Esse projeto mostrou a viabilidade do atendimento de pequenas cidades com serviços de qualidade.

Também em 2008, criou a Sanetrat Saneamento S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental.

Em 2014, com a aquisição do controle da Sanesul, a CONASA entrou na Águas de Meriti que é responsável pelos serviços de esgotamento sanitário e gestão comercial das contas de água e esgoto em São João de Meriti, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A concessionária iniciou a prestação dos serviços em julho de 2015 e, desde então, atua para atingir 90% de atendimento nos próximos cinco anos. Essa meta audaciosa, em função da abrangência e do curto prazo, fará com que todo o esgoto coletado seja tratado, antes de retornar aos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria dos índices de qualidade de vida das pessoas.

São João de Meriti possui uma área de 35.216 km², sendo 100% urbanizado, e população de 460 mil habitantes. Essas características fazem com que o município tenha uma das mais altas densidades demográficas da América Latina, com 13 mil habitantes por km². Realizar as obras de recuperação e ampliação do sistema de esgoto com o menor impacto possível na rotina diária da população é um desafio a mais para a empresa.

A concessão terá duração de 30 anos. Do total de R\$ 337 milhões previstos em investimentos, Águas de Meriti aloca mais de 65% desse valor até 2020 e será a primeira cidade da Baixada Fluminense a universalizar o tratamento de esgoto, através da coleta e do transporte até os interceptores ligados às estações Sarapuí e Pavuna; sendo assim, um dos primeiros municípios a colaborar efetivamente para a despoluição da Baía da Guanabara.

Em 2015, a CONASA adquiriu uma participação significativa na Urbeluz que possui experiências em obras de eficiência energética e iluminação pública em centros urbanos em nove Estados brasileiros, com destaque para obras realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima.

No setor de iluminação, a CONASA, diretamente ou através da Urbeluz, detém participações em algumas concessionárias.

A Alegrete detém, desde 2014, a PPP por 25 anos da gestão de iluminação pública de São João do Meriti - RJ, em que serão investidos R\$ 120 milhões para substituição da totalidade do parque por luminárias LED, garantindo qualidade da prestação dos serviços, maior qualidade de vida e segurança pública.

Em Caraguatatuba, a CaraguaLuz foi constituída como sociedade de propósito específico, em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada para gestão da iluminação pública do Município de Mauá - SP. A proposta foi homologada e o consórcio vencedor constituiu a MauaLuz Ltda., da qual a Companhia detém 20% em contrato de parceria com a Urbeluz. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previstos investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas. Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração e alterar o Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros com mandato de um ano, permitida a reeleição. No ano de 2016 a renovação dos membros do Conselho de Administração contemplou a escolha de três membros independentes, eleitos e empossados em 27 de outubro de 2016.

Os conselheiros independentes eleitos agregam conhecimentos de diferentes áreas: José Roberto de Mattos Curan, foi executivo de instituições financeiras como Itaú, Votorantim e Original e é membro do conselho fiscal da CPFL - Energia Renováveis, Giuseppe Viscomi, sócio da consultoria Brasplan, e Marcus Vinicius Bossa Grassano, sócio fundador do escritório Grassano & Associados, um dos escritórios com destaque na revista Análise Advocacia 500.

A Diretoria Executiva é composta por quatro Diretores (Presidente, Administrativo-Financeiro, Engenharia e Operações, e Relações com Investidores), com mandato de um ano, permitida a reeleição.

GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes.

A obtenção da certificação ISO 9001 em 2010 pela Águas de Itapema foi uma grande conquista na busca pela melhoria constante dos serviços prestados pela companhia.

A Companhia Águas de Santo Antônio obteve certificação ISO 9001 no ano de 2010. Esta ferramenta de gestão proporcionou a busca pela melhoria constante dos serviços prestados pela empresa.

No ano de 2011 a Sanesalto obteve certificação para o Sistema de Gestão Integrado baseado nas NBR ISO 14001/2004 - Sistema de Gestão Ambiental e NBR ISO 9001/2008 - Sistema de Gestão da Qualidade. Com o Sistema de Gestão Ambiental a empresa visa a preservação o meio ambiente por meio de ações que visam prevenção, controle e minimização de seus impactos ambientais significativos.

Todos as certificações dessas investidas vêm sendo renovadas assim como os instrumentos de gestão vem sendo atualizados para retratar sempre o mais atual dos sistemas de gestão.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da companhia contratou a BDO Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período 2013 a 2016.

A remuneração dos auditores no exercício de 2016 foi de R\$ 75 pela auditoria da companhia, somado ao valor de R\$ 239 pela auditoria de 11 sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria, sem que a companhia ou suas coligadas contratem a BDO para exercício de outras atividades de consultoria que poderiam gerar conflitos de interesse.

BOVESPA MAIS

Com o pedido de listagem no ambiente do BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA, bem como registro na CVM na categoria A, a Companhia passa a atender todas as exigências de governança corporativa de ambas as instituições.

Inclui-se nas obrigações da Companhia, a cláusula compromissória definida pelo Estatuto Social de resolução de controvérsias perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

CÓDIGO DE ÉTICA - COMPLIANCE

No exercício de 2016, a Companhia e suas controladas e coligadas estruturaram as diversas áreas internas para implantação de Manual de Ética e Postura, com objetivo de implantar políticas de compliance comuns a todo grupo.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia vem solidificando sua estruturação financeira através de novos negócios e amortização de dívidas.

Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,92 em 2013 para 1,72 em 2015 e 1,12 em 2016. Tal redução foi possível através do aumento de receita pelo desenvolvimento de novos negócios e pela amortização da dívida de longo prazo.

Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA.

A redução razão dívida líquida por EBITDA nos menores níveis do mercado permitirá à Companhia se realavancar, financiando os investimentos dos anos seguintes, bem como desenvolver novos negócios.

RECEITAS

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R\$ 123.800 em 2015 para R\$ 160.804 em 2016. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, aumento de receita das concessões com as revisões tarifárias e reequilíbrios econômico financeiros de contratos e consolidação contábil da Sanesalto quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram aumento de R\$ 70.976 em 2015 para R\$ 89.049, resultado essencialmente do custo de construção de R\$ 35.540 em 2016 que reflete o aumento dos investimentos realizados pelas concessionárias.

Os custos, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 50.211 contra R\$ 51.773 em 2015, e as despesas, excluídos os efeitos de PECLD e depreciação do ativo imobilizado, R\$ 21.584.

A pequena variação de custos e despesas se deve a efeitos inflacionários nas Companhias consolidadas reduzidos pela ausência de consolidação da Águas de Santo Antônio e incluem a entrada em operação plena de novos negócios, como CaraguaLuz.

EBITDA

Evolução absoluta do EBITDA nos últimos três anos deve-se ao resultado de uma rígida política de redução de custo e aumento da eficiência da operação, principalmente motivado pelos reequilíbrios econômicos e desenvolvimento de novos negócios.

EBITDA	2016	2015	2014
Lucro Líquido	24.310	25.548	10.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.667	5.042	2.015
Depreciação e Amortização	4.682	6.333	5.245
Amortização do Ativo Financeiro	4.374	631	-
Resultado Financeiro	9.730	12.239	10.227
EBITDA	52.764	49.793	27.487
Margem EBITDA	42,12%	45,30%	56,60%

A margem de EBITDA apresentou uma ligeira redução em decorrência do segmento energia e da entrada em operação de PPP de iluminação pública, como Alegrete e CaraguaLuz. Este segmento tem EBITDA positivo e agregou ao resultado geral da Companhia, mas apresenta margens menores quando comparadas com o segmento de saneamento, em decorrência de maiores custos operacionais e menores necessidades de investimento.

RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o controle inflacionário promovido pelo Governo Federal em 2016 impactou diretamente o resultado financeiro, pela atualização monetária do passivo. As despesas financeiras atingiram R\$ 17.344, contra R\$ 18.132 em 2015. O resultado financeiro líquido encerrou o exercício de 2016 em (R\$ 9.730).

LUCRO

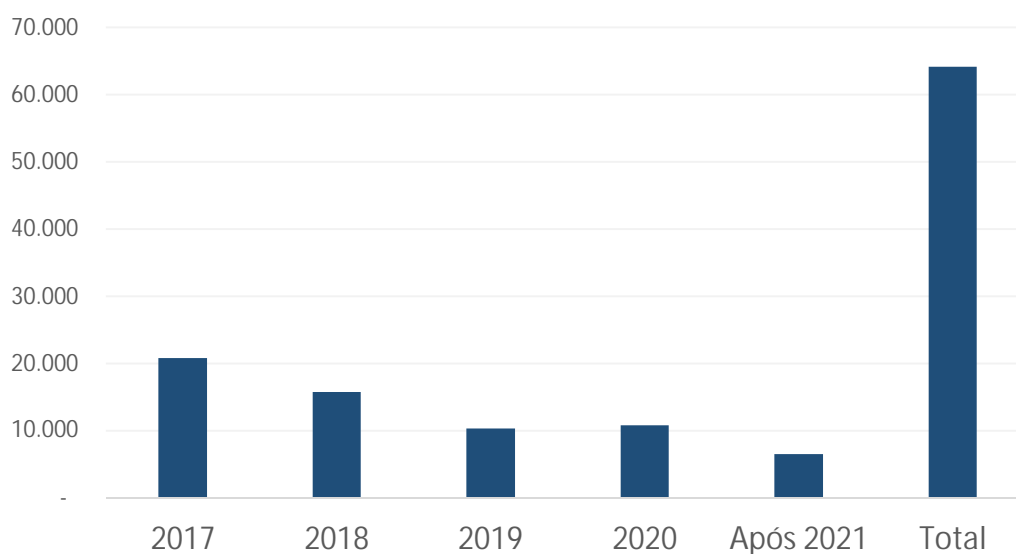
A CONASA apresentou lucro líquido de R\$ 24.310 no ano de 2016, ante R\$ 25.548 em 2015 e R\$ 10.000 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2016	2015	2014
Lucro Líquido	24.310	25.548	10.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.667	5.042	2.015
Depreciação e Amortização	4.682	6.333	5.245
Amortização do Ativo Financeiro	4.374	631	-
Resultado Financeiro	9.730	12.239	10.227
EBITDA	52.764	49.793	27.487
Margem EBITDA	42,12%	45,30%	56,60%
Dívida Bruta	66.764	94.779	77.090
Disponibilidades	3.211	5.012	20.294
Conta Reserva	4.395	4.262	3.405
Dívida Líquida	59.158	85.505	53.391
Dívida Líquida EBITDA	x 1,12	x 1,72	x 1,94

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis e financeiros vinculados às concessões e PPPs. Os ativos intangíveis e financeiros concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R\$ 119.291 em 2016, contra R\$ 100.889 em 2015, fruto de um investimento em ativos intangíveis e financeiros de R\$ 35.540 no exercício de 2016.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

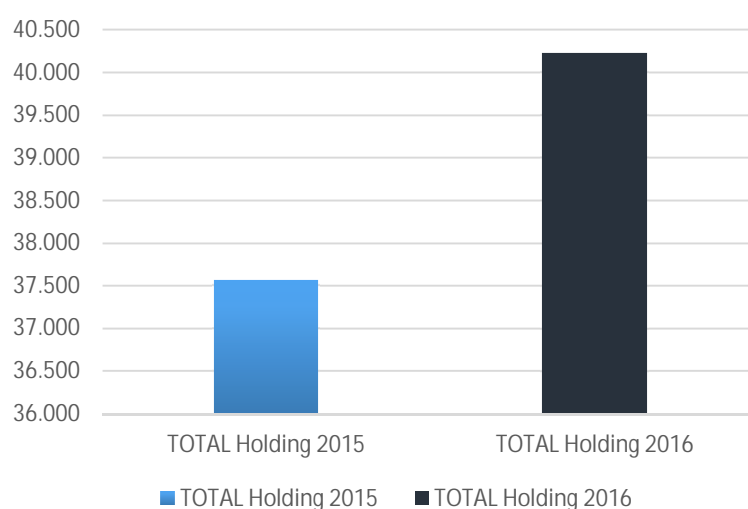
DESEMPENHO OPERACIONAL

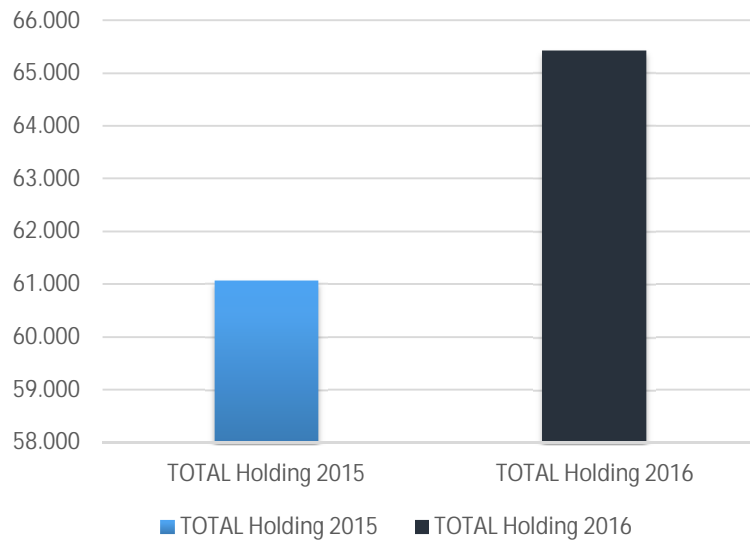
A Companhia inclui no Relatório da Administração informações operacionais, considerando ativos em operação de controladas e coligadas, admitindo o volume de ativos em operação pela ponderação de sua participação. No segmento de saneamento, considera-se as empresas Águas de Itapema, Sanesalto e Águas de Meriti (49%). As economias de água da Águas de Santo Antônio não foram consideradas pela situação de intervenção no exercício de 2016. No segmento de energia, a Companhia considera os ativos da Alegrete, CaraguaLuz e MauáLuz (20%).

SANEAMENTO BÁSICO

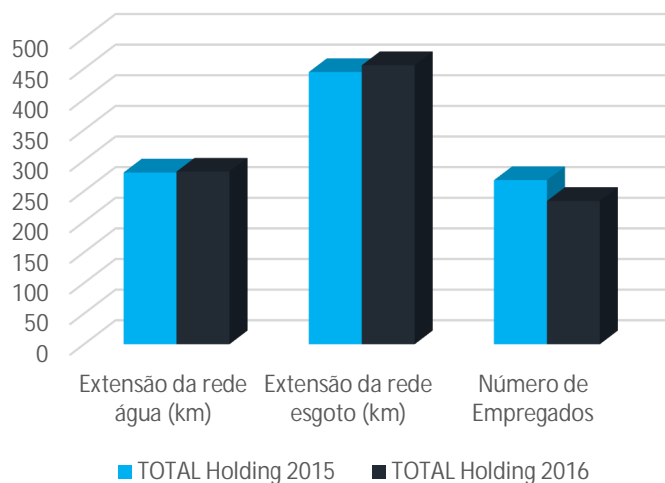
No segmento de saneamento, a CONASA registrou no exercício de 2016 um aumento no número de economias atendidas de 6,6% nos sistemas de abastecimento de água e de 6,7% nos sistemas de esgotamento sanitário.

Esse crescimento se deu como resultado do crescimento vegetativo das cidades atendidas.



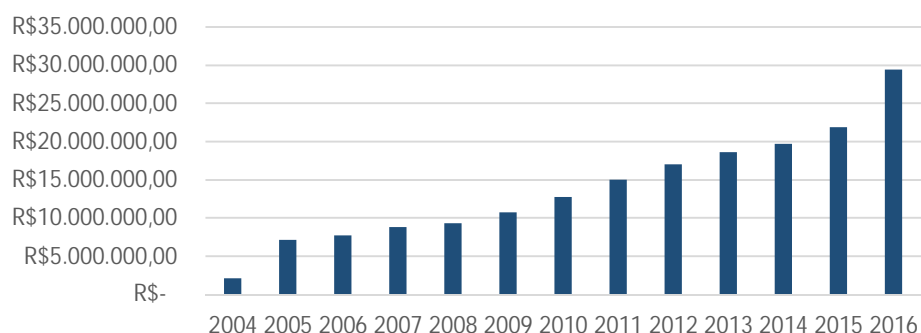


Destaca-se que o número de economias de esgoto não reflete ainda a expansão de rede de esgoto em desenvolvimento pela Águas de Itapema, que deverá agregar cerca de 1800 economias no exercício de 2017.

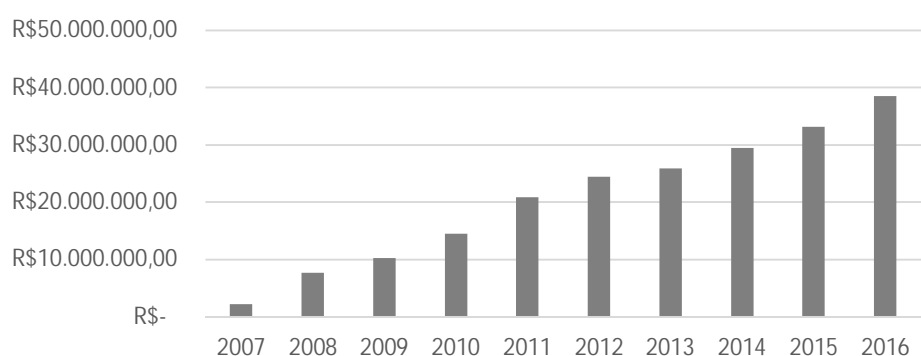


O faturamento da Companhia no segmento água e esgoto tem se comportado de acordo com as expectativas estabelecidas no planejamento dos contratos, sendo que os desvios têm sido compensados ao longo do histórico de execução dos contratos.

Evolução do Faturamento Anual com Água (R\$)

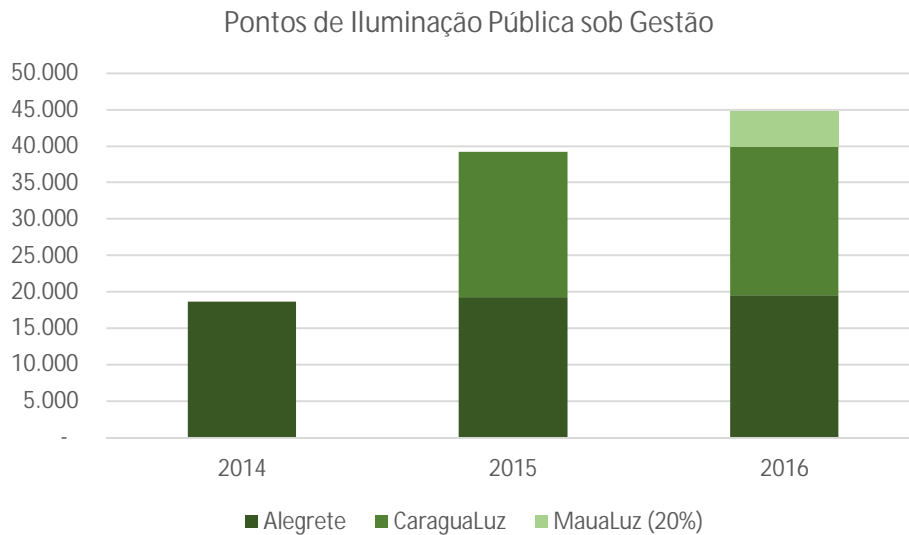


Evolução do Faturamento Anual com Esgoto (R\$)

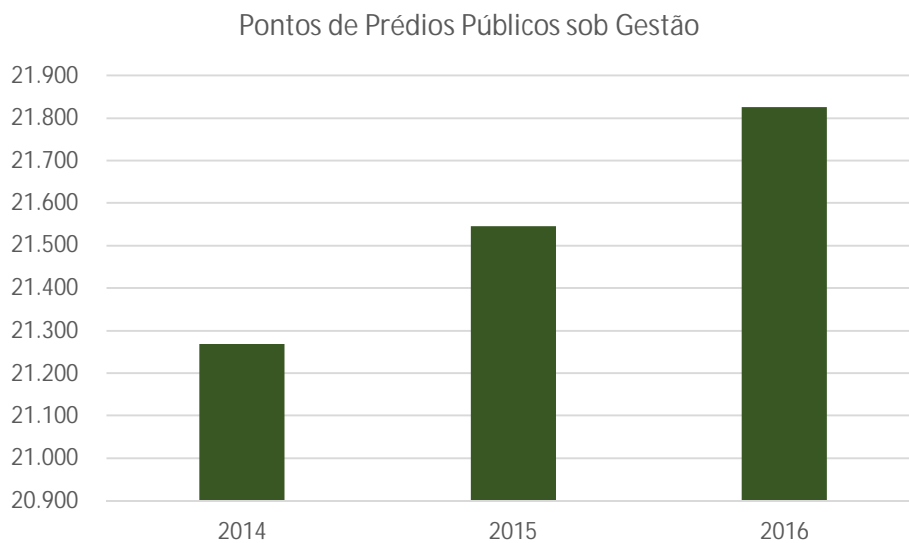


As ações preventivas nas unidades operacionais, bem como rigoroso controle de seus processos e as obras efetuadas durante a vigência do contrato, garantiram uma temporada 2015/2016 e 2016/2017, com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitários operando em sua normalidade não registrando ocorrências como falta de água, ou problemas na rede coletora de esgoto. Os parâmetros da qualidade da água tratada e lançamento do esgoto tratado estiveram dentro dos parâmetros de acordo com a legislação vigente.

Em iluminação pública, a URBELUZ vem aumentando sua base de clientes consistentemente. Ao final de 2015, a Companhia atendia 39.243 pontos de iluminação pública em regime de PPP, e encerrou 2016 com 44.753. O foco neste momento está na realização dos investimentos previstos com maximização da eficiência do investimento.



A consolidação acima considera apenas pontos sob gestão em regime de parcerias público privada, incluindo a consolidação das sociedades de propósito específico controladas em sua totalidade e as não controladas proporcionalmente.



Os investimentos realizados em 2016 permitiram uma redução de consumo de energia sobre as 5.475 luminárias substituídas para tecnologia LED de cerca de 59% na CaraguaLuz e 72% na Alegrete.

Atualmente, segundo Radar PPP, são 9 contratos assinados de PPP de iluminação pública no Brasil, 4 dos quais a Companhia detém participação.

RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL

A Companhia preza para que a sua atuação e de suas controladas, coligadas e investidas esteja sempre observando os princípios de responsabilidade sócio ambiental.

Todas as controladas, coligadas e investidas observam rigorosamente a legislação ambiental aplicável pela manutenção da regularidade de todas as suas atividades e empreendimentos junto aos órgãos ambientais e regulatórios.

Além da preocupação ambiental, a Companhia exerce seu papel social e desenvolve atividades de conscientização e participação popular sobre recursos hídricos.

A Tarifa Social, presente em todas as Concessionárias da CONASA, foi implantada visando proporcionar a inclusão de pessoas de baixa renda ao acesso ao saneamento básico, fornecendo água com qualidade e o tratamento do esgoto.

A participação na comunidade através de ações que são desenvolvidas em conjunto com os projetos e programas em curso nas municipalidades onde atua.

A Águas de Itapema empreende de campanhas periódicas e atividades com a participação da comunidade, no exercício de 2016 o evento mais representativo desses eventos a Conasa Águas de Itapema realizou a segunda Conferência CONASA, com o tema "Água, Desenvolvimento e Futuro", com a participação dos palestrantes Eduardo Giannetti, Fernando Gabeira, e Luiz Eduardo Cheida. Esse evento aberto à comunidade e em particular a juventude, escolas de ensino médio e superior de Itapema e região próxima.

2ª CONFERÊNCIA CONASA
Água, Desenvolvimento e Futuro

Data: 22 e 23 de março de 2016
Local: Plaza Itapema Resort & Spa
em Itapema - SC



PROGRAMAÇÃO

Dia 22/03		Dia 23/03	
18h -	Credenciamento	9h -	Palestra "Brasil das Águas" Palestrante: Fernando Gabeira
19h30 -	Abertura com coordenação de Luiz Eduardo Cheida	Coffee Break	
20h30 -	Palestra "Água, Desenvolvimento e Futuro" Palestrante: Eduardo Giannetti	10h às 10h30 -	Palestra "Água e Saúde" Palestrante: Luiz Eduardo Cheida
21h30 -	Coquetel	10h30 às 11h30 -	Mesa Redonda "Como Será o Amanhã" Coordenador: Luiz Eduardo Cheida <small>Profa. Msc. Camilla Burigo Mattos - Professora de Oceanografia e Engenharia Ambiental da Univali Profa. Dra. Kátia Naomi Kuroshima - Coordenadora do Curso de Oceanografia da Univali</small>
		14h -	Coffee Break
		15h30 às 16h -	Debate e Considerações Finais
		16h -	

Inscrições gratuitas e limitadas pelo site até 20 de março
www.conferenciaconasa.com.br

A Sanesalto recebeu o prêmio de destaque em Meio Ambiente, promovido pelo jornal local de Salto-SP, Taperá, principalmente pela ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto e pioneirismos no atingimento de mais de 90% do esgoto tratado dentre os municípios que beiram o Rio Tietê.

No exercício de 2016, a Companhia também apoiou o projeto Águas do Amanhã, do ecoesportista Dan Robson. Em julho o ecoesportista percorreu de caiaque novamente o percurso de 123 km no Rio Jundiáí entre Mairiporã e Salto a convite da Conasa Sanesalto, percurso que já havia sido monitorado pelo projeto em 2014.

Os resultados das análises obtidas servem de base para órgãos ambientais, empresas de saneamento e usuários da bacia para monitorar a qualidade da água e gerar ações de recuperação do Rio Jundiáí.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Conasa Infraestrutura S.A.
Londrina - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Conasa Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativas de perdas com Cédula de Crédito Imobiliário da investida Sanetrat

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, o montante de R\$ 31.689 mil refere-se a Cédula de Crédito Imobiliário - CCI de empresa que está em processo de falência e as garantias cedidas a Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat"), estão sendo discutidas judicialmente, sob acompanhamento de seus assessores legais. Em razão da incerteza decorrente de época e depender de decisão judicial, a realização do ativo se mantém assegurada em decorrência do avanço das discussões judiciais e a execução das garantias existentes. Por esse fato, consideramos como um assunto significativo para a auditoria.

Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 14 e 15 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas mantêm os montantes de R\$ 97.986 mil e R\$ 15.336 mil registrados no Intangível e no Ativo financeiro, respectivamente, relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de saneamento e iluminação pública. Esses investimentos realizados possuem recuperação ao longo do contrato de concessão, baseado no recebimento de tarifas de serviço prestado aos consumidores. Estas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa, descontados a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a estes contratos de concessão. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis, portanto, considerado um assunto significativo para a auditoria.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) recebimento e avaliação de parecer jurídico sobre a situação do andamento do processo, discussão das garantias vinculadas, prognóstico de possibilidade de execução das garantias, previsão estimada de acordo com situações semelhantes no mercado, sobre o recebimento do recurso relacionado uma vez que o valor das garantias superam o valor ora vinculado a transação da CCI; (ii) avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito; (iii) análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nesses procedimentos de auditoria, consideramos que as estimativas avaliadas pela Companhia e sua controlada são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro das unidades geradoras de caixa (UGC), que no caso, são os contratos de concessão individualizados por investida da Companhia, consideradas nas projeções, análises de sensibilidade, integridade da documentação que suporta a execução das projeções incluindo a comparação com os seus planos mais recentes de negócios, razoabilidade dos métodos e premissas utilizadas na análise e a revisão das bases utilizadas na determinação da taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia, e as suas bases de avaliação para a determinação da taxa interna de retorno, no caso específico do ativo financeiro; (ii) análise da adequada divulgação desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as bases de avaliação e a metodologia das avaliações estão adequadas, bem como, as divulgações realizadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências

De acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia realiza a avaliação do prognóstico de perda relacionada às causas judiciais em aberto nas quais está envolvida. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração com base na avaliação de seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência relacionada ao tema, bem como outros aspectos aplicáveis. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento significativo da Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada e se é razoável, de acordo com a sua experiência e baseado em seus advogados.

Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação

As receitas de serviços prestados em relação a diversas atividades desempenhas pela Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme mencionado na nota explicativa N° 3.6.1 às demonstrações contábeis. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações serviço de saneamento são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados, bem como, as relacionadas a obras são mensuradas de acordo com o percentual de andamento. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como a discussão junto a esses assessores, sobre as causas mais relevantes e seus respectivos prognósticos de perda provável, possível e remota, realizando cruzamento com os relatórios de contingências e os montantes registrados e divulgados nas demonstrações contábeis; (ii) verificamos as movimentações do saldo de provisão para contingências no exercício, analisando as mudanças de prognóstico de perda para processos significativos e a razoabilidade destas mudanças; (iii) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de provisão para contingências atende aos requisitos descritos no CPC 25/IAS 37, bem como as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) realização de procedimentos de avaliação dos controles internos da Companhia e suas controladas; (ii) análise da conciliação da receita operacional extraídas dos sistemas de faturamento, com os saldos contábeis; (iii) realização de procedimentos analíticos sobre a receitas, baseado em relatórios extraídos dos sistemas de faturamento, consumo do serviço pelas unidades consumidoras, aplicação adequada dos reajustes tarifários determinados pelo Poder Concedente; (iv) avaliação dos da evolução dos custos de obras e o seu alinhamento com o reconhecimento da receita de construção; (v) avaliação dos procedimentos de competência do reconhecimento dos registros contábeis; (vi) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia e suas controladas, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Companhia Águas de Santo Antônio S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controlada Companhia Águas de Santo Antônio S.A. sofreu uma intervenção municipal do Poder Concedente (Município de Santo Antônio de Pádua) em 22 de fevereiro de 2016, a partir daquele momento a Companhia deixou de manter controle operacional sobre os ativos dessa controlada, na qual, posteriormente, em janeiro de 2017 foi declarada a caducidade da concessão. A Administração da Companhia está discutindo administrativamente e judicialmente essa questão com o Poder Concedente, inclusive sobre o montante de indenização. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que descreve a reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, em virtude de revisão de certas práticas contábeis relacionadas aos assuntos descritos na referida nota explicativa. Este relatório substitui o originalmente emitido em 28 de março de 2017. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 13 de julho de 2018.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		19.755	55.788	98.405	97.102	Circulante		18.215	8.771	74.821	56.023
Caixa e equivalentes de caixa	4	258	644	3.211	5.012	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	428	3	22.797	29.997
Contas a receber	5	2.083	524	17.370	27.648	Fornecedores	17	417	768	16.425	11.605
Ativo financeiro de concessão	15	-	-	11.509	2.556	Encargos tributários a pagar	18	488	262	13.976	8.091
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	6	499	566	5.930	4.760	Salários e encargos sociais a pagar	19	459	674	2.454	3.232
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	7	-	-	6.079	5.878	Impostos e contribuições parcelados	20	346	257	2.727	1.410
Adiantamentos	8	968	334	6.176	3.795	Adiantamento de clientes	22	11.840	-	12.143	140
Partes relacionadas	9	682	39.893	254	166	Partes relacionadas	9	-	5.386	50	40
Títulos de valores mobiliários	10	12.965	13.818	46.604	47.244	Dividendos propostos	23	4.237	1.421	4.237	1.421
Outros ativos circulantes		10	9	1.272	43	Demais contas a pagar		-	-	12	87
Dividendos a receber		2.290	-	-	-						
Não circulante		208.668	144.063	250.413	224.842	Não circulante		32.286	28.180	75.572	88.899
Realizável a longo prazo		90.432	82.461	93.355	82.590	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	288	688	43.967	64.782
Ativo financeiro	15	-	-	3.827	-	Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	11	14.961	11.352	91	42
Partes relacionadas	9	36.127	50.594	20.101	17.011	Partes relacionadas	9	22	200	-	500
Títulos de valores mobiliários	10	22.438	-	15.447	15.672	Impostos e contribuições parcelados	20	2.196	2.036	13.497	10.428
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.1	-	-	4.801	5.013	Provisão para contingências	21	595	259	4.680	5.386
Outros ativos não circulante		-	-	4.896	2.589	Perda com investimentos	12	14.224	13.645	13.337	7.761
Ativo classificado como mantido para venda	11	31.867	31.867	44.283	42.305						
Investimentos	12	116.939	60.187	25.152	24.973	Patrimônio líquido controladores		177.922	162.900	177.922	162.900
Imobilizado	13	1.297	1.415	16.442	16.390	Capital social	23	158.187	158.187	158.187	158.187
Intangível	14	-	-	115.464	100.889	Adiantamento para futuro aumento de capital		151	151	151	151
						Reservas lucros	23	19.584	4.562	19.584	4.562
						Participações de não controladores		-	-	20.503	14.122
						Total do patrimônio líquido		177.922	162.900	198.425	177.022
						Total do passivo e patrimônio líquido		228.423	199.851	348.818	321.944
Total do ativo		228.423	199.851	348.818	321.944						

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações de resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	24	8.723	8.991	160.804	123.800
Custos dos serviços prestados	25	(1.439)	(4.450)	(89.049)	(70.976)
Lucro bruto		7.284	4.541	71.755	52.824
Despesas / receitas operacionais		12.025	18.981	(22.572)	(8.665)
Despesa gerais e administrativas	26	(6.955)	(10.648)	(22.696)	(26.773)
Despesas comerciais	26	(881)	(702)	(2.158)	(2.771)
Outras receitas (despesas)	27	5.608	20.751	2.537	21.611
Resultado com equivalência patrimonial	12	14.452	9.580	(56)	(732)
Amortização de investimentos (mais valia)	12	(199)	-	(199)	-
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		19.309	23.522	49.183	44.159
Resultado financeiro		2.547	11	(9.730)	(12.175)
Despesas financeiras	28	(318)	(408)	(17.344)	(18.132)
Receitas financeiras	28	2.865	419	7.614	5.957
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.856	23.533	39.453	31.984
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(408)	(413)	(9.667)	(5.042)
Corrente		(408)	(413)	(9.419)	(5.042)
Diferido		-	-	(248)	-
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade		21.447	23.120	29.786	26.942
Prejuízo do exercício prov do ativo mantido para venda	11	(3.609)	(1.167)	(4.312)	(1.394)
Lucro líquido do exercício		17.838	21.953	25.474	25.548
Atribuível ao controlador				17.838	21.953
Atribuível ao não controlador				7.636	3.595
Lucro por ação - Reais	30	0,1128	0,1388	0,1128	0,1388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	17.838	21.953	25.474	25.548
Total do resultado abrangente do exercício	17.838	21.953	25.474	25.548
Atribuível ao controlador			17.838	21.953
Atribuível ao não controlador			7.636	3.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado								
	Controladora							Participação de não controladores	Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total		
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	141.584	-	-	-	-	(15.971)	125.613	4.222	129.835
Aumento de capital	16.603	151	-	-	-	-	16.754	-	16.754
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	6.305	6.305
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.953	21.953	3.595	25.548
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	299	-	-	(299)	-	-	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.420)	(1.420)	-	(1.420)
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.263	-	(4.263)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.187	151	299	4.263	-	-	162.900	14.122	177.022
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(1.255)	(1.255)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	1.421	-	1.421	-	1.421
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.838	17.838	7.636	25.474
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	892	-	-	(892)	-	-	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(4.237)	(4.237)	-	(4.237)
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	12.709	-	(12.709)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	158.187	151	1.191	16.972	1.421	-	177.922	20.503	198.425

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.838	21.953	25.474	25.548
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	238	222	4.435	6.333
Provisão para contingências	336	213	(706)	(18)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	113	113	14.036	11.896
Juros apropriados sobre parcelamentos	189	241	1.277	471
Atualização sobre ativo financeiro	-	-	(935)	-
Imposto de renda e contribuição social	408	413	9.667	5.042
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(2.507)	-	(2.766)	(1.433)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(374)	(3.296)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.452)	(9.580)	56	732
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	-	(19.917)	-	(19.917)
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	3.609	1.167	4.312	1.394
Resultado atribuído a não controlador	-	-	(7.636)	(3.595)
Amortização da "mais valia" sobre investimentos	199	-	199	-
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(1.559)	(256)	10.652	2.119
Demais contas a receber e adiantamentos	(635)	1.317	(5.917)	5.866
Créditos tributários	67	(566)	(1.170)	(1.441)
Ativo financeiro (recebimento da CIP)	-	-	3.868	595
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	(201)	(2.967)
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	(351)	534	4.820	108
Encargos tributários a pagar	(182)	(372)	(3.570)	(1.435)
Salários e encargos sociais a pagar	(215)	215	(778)	584
Impostos e contribuições parcelados	60	(82)	3.109	(1.800)
Adiantamento de clientes	11.840	-	12.003	140
Demais contas a pagar	-	-	623	(6.363)
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	14.996	(4.385)	70.478	18.563
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(120)	(33)	(20.895)	(12.895)
Aquisição de títulos de dívidas	(1.591)	(13.818)	-	(13.818)
Investimentos no "Ativo classificado como mantidos para venda"	-	-	(5.538)	(2.968)
Recebimento de títulos e valores mobiliários	1.922	-	3.631	-
Caixa líquido de aquisição de companhias	-	-	-	224
Ativo financeiro (investimentos na infraestrutura da concessão)	-	-	(15.713)	(3.151)
Aquisição de controlada	-	(18.675)	-	(18.675)
Aporte de capital social nas investidas	(600)	-	(684)	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(389)	(32.526)	(39.199)	(51.283)
Terceiros:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(88)	187	(32.168)	348
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	(14.905)	1.135	(7.293)	(1.386)
Participação de não controladores	-	-	6.381	1.722
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	151	-	151
Integralização do capital social	-	16.603	-	16.603
Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamentos	(14.993)	18.076	(33.080)	17.438
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(386)	(18.835)	(1.801)	(15.282)
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	644	19.479	5.012	20.294
Final do exercício	258	644	3.211	5.012
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(386)	(18.835)	(1.801)	(15.282)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de prestação de serviços	9.116	9.503	134.303	117.126
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	35.539	13.880
Outros resultados	5.950	-	2.338	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	374	-
	<u>15.066</u>	<u>9.503</u>	<u>172.554</u>	<u>131.006</u>
Insumos adquiridos de terceiros	(6.197)	(10.045)	(91.376)	(84.002)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(471)	(10.045)	(10.955)	(17.312)
Custo de construção	-	-	(35.539)	(13.880)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.726)	-	(44.882)	(52.810)
	<u>8.869</u>	<u>(542)</u>	<u>81.178</u>	<u>47.004</u>
Depreciações e amortizações	(437)	(222)	(4.634)	(6.333)
	<u>8.432</u>	<u>(764)</u>	<u>76.544</u>	<u>40.671</u>
Valor adicionado líquido				
Resultado da equivalência patrimonial	10.843	8.413	(4.950)	(2.126)
Receitas financeiras	2.865	419	7.614	5.957
Outros	-	19.917	-	19.917
	<u>22.140</u>	<u>27.985</u>	<u>79.208</u>	<u>64.419</u>
Valor adicionado total a distribuir				
Pessoal				
Remuneração direta	1.997	3.543	11.237	10.173
Benefícios	263	619	1.162	1.305
FGTS	228	536	1.016	1.141
	<u>2.488</u>	<u>4.698</u>	<u>13.415</u>	<u>12.619</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.155	863	18.035	9.727
Estaduais	16	13	47	31
Municipais	62	50	3.588	2.424
	<u>1.233</u>	<u>926</u>	<u>21.670</u>	<u>12.182</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Aluguéis	267	-	1.410	1.549
Juros e variações monetárias	314	383	18.403	12.521
Outras	-	25	-	-
	<u>581</u>	<u>408</u>	<u>19.813</u>	<u>14.070</u>
Remuneração de capitais próprios	<u>17.838</u>	<u>21.953</u>	<u>17.838</u>	<u>21.953</u>
Participação de não controladores	-	-	7.636	3.595
Total	<u>22.140</u>	<u>27.985</u>	<u>80.372</u>	<u>64.419</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CONASA Infraestrutura S.A., anteriormente denominada CONASA Companhia Nacional S.A. ("CONASA" ou Companhia), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2007, e tem por objeto social principal a participação como acionista em projetos de infraestrutura.

Além de desempenhar o papel de holding, a CONASA pode atuar, conforme seu estatuto, em: a) Participação como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresárias ou civis, e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades, com foco em infraestrutura; b) Prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral, em obra própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; c) Elaboração de projetos, assessoria e consultoria; d) Prestação de qualquer serviço e/ou a comercialização de produtos e equipamentos relacionados as suas atividades principais; e Locação de máquinas, equipamentos e veículos.

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 13 empresas, sendo 8 concessões ou Parceria Público Privadas de saneamento básico e iluminação pública, conforme descrito a seguir.

Companhia Aguas de Itapema ("Aguas de Itapema")

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado em 04/12/2015. O aditivo inclui o atendimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico e prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504.000 nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais.

Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto")

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP, com prazo de vencimento em agosto de 2032. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos ("ETE");
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município;
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Em operação desde agosto de 2007, a Estação de Tratamento de Esgoto da Sanesalto trata atualmente cerca de 96% do esgoto coletado, equivalente a 91% do esgoto gerado no município.

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 49% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 30 de abril de 2004.

O prazo de concessão é de 360 meses (30 anos). A remuneração da concessionária se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Posteriormente, como será detalhado na Nota Explicativa 30 de Eventos Subsequentes, em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio.

Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. (“Sanesul”)

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal a atuação como construtora em projetos de saneamento e demais setores de infraestrutura.

A Sanesul atualmente é sócia da Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária.

Águas de Meriti Ltda. (“Águas de Meriti”)

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti - RJ. Empresa iniciou a efetiva prestação dos serviços após a assinatura da ordem de serviço, no dia 21 de julho de 2015, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes.

A concessão terá prazo de duração de 30 anos.

Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)

A companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 1 de setembro de 2006, com o objeto social de realizar a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais.

O foco atual da Sanetrat é o tratamento de resíduos líquidos industriais, comerciais, domésticos, de fossas sanitárias, caixas de gordura e de chorume proveniente de aterros sanitários em Estações de Tratamento de Efluentes Industriais próprias.

Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (“Envimax”)

A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e constituída em 24 de fevereiro de 2012, tendo como objetivo social a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista

A Envimax atua em todas as áreas e atividades da ciência ambiental, tais como avaliação de áreas impactadas, execução de remediação e saneamento do solo e do aquífero subterrâneo, processos de escavação, gerenciamento de resíduos gerados, transporte e destinação final.

Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 maio de 1995 e especializada em gestão de iluminação pública, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico concessionárias de PPPs de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CarguaLuz e MarabáLuz, destacadas abaixo.

Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”)

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, tendo por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, e com início de suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

Caragua Luz S.A. (“CaraguaLuz”)

A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015. CaraguaLuz foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Marabá Luz SPE S.A. ("MarabáLuz")

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

Mauá Luz Ltda. ("Maua Luz")

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% da SPE, desenvolvendo esse projeto em parceria com a Urbeluz. O contrato de parceria define a opção de transferência da participação à Urbeluz, com as contrapartidas de assunção das obrigações societárias e financeiras, bem como responsabilidade de gestão técnica da SPE.

Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE")

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

1.1. Planos da Administração

A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente em saneamento e iluminação pública. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão.

Os planos de negócio das controladas e coligadas inclui, notadamente durante a expansão dos sistemas, necessidades de capital, causando eventuais desequilíbrios financeiros de curto prazo apontados por capital circulante líquido negativo ou patrimônio líquido negativo.

A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é controlada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa.

Os planos da Administração estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 16 de maio de 2018.

3. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

3.1. Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2015 e 2016

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do valor adicionado relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

A reapresentação se fez necessária pela reclassificação do ativo vinculado à concessão das Parcerias Público Privadas (“PPPs”) da Alegrete e CaraguaLuz sob controle da Urbeluz e pela reapresentação das Demonstrações Financeiras de tais Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), que refletem na Companhia. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os ativos vinculados às PPPs estavam classificados como ativos intangíveis. Pela característica contratual, a Administração reclassificou os ativos intangíveis como ativos financeiros.

A classificação como ativo financeiro é mais adequada aos contratos de PPP devido a garantia de recebimento da contrapartida fixa do Poder Concedente, ao invés da cobrança direta do usuário e risco de demanda associados ao ativo intangível.

Com a reclassificação, parcela da contraprestação fixa mensal das PPPs é reconhecida como amortização do ativo financeiro, não sendo reconhecida como receita bruta das SPEs. Em 2016, a parcela de contraprestação reconhecida diretamente como amortização do ativo financeiro foi de R\$ 4.374, reduzindo a receita líquida consolidada em R\$ 5.046 para R\$ 160.804, ante R\$ 165.849.

Com a amortização do ativo financeiro sendo realizada diretamente por parcela da contraprestação da PPP, não há amortização do ativo contabilizada em Demonstração do Resultado do Exercício, revertendo R\$ 462 em 2016 referente a amortização do ativo intangível do custo de serviços prestados.

As SPEs reconhecem receita financeira pela atualização do ativo financeiro pela Taxa de Retorno do Ativo Financeiro ("TRAF"). A TRAF é fixada pelas condições contratuais de equilíbrio econômico financeiro, especialmente a taxa interna de retorno do projeto. Em 2016, a receita financeira do ativo financeiro foi de R\$ 1.549.

Além dos efeitos diretos, as reclassificações acima mencionadas geram efeitos indiretos, como cálculo de tributos e equivalências patrimoniais destacadas nos itens 3.1.1 e 3.1.2.

Em 2016, o impacto foi de R\$ (4.795), reduzindo o lucro da Companhia de R\$ 29.105 para R\$ 24.310.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Efeitos dos ajustes nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Circulante	55.788	-	55.788	97.102	(8.057)	105.159
Caixa e equivalentes de caixa	644	-	644	5.012	-	5.012
Contas a receber de Clientes	524	-	524	27.648	(8.257)	35.905
Ativo Financeiro	-	-	-	2.556	2.556	-
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	566	-	566	4.760	600	4.160
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	-	5.878	16	5.862
Adiantamentos	334	334	-	3.795	3.795	-
Partes relacionadas	39.893	-	39.893	166	-	166
Títulos de Valores Mobiliários	13.818	-	13.818	47.244	-	47.244
Outros ativos circulantes	9	(334)	343	43	(6.767)	6.810
Dividendos a Receber	-	-	-	-	-	-
Não circulante	144.063	7.762	136.301	224.842	16.574	208.268
Realizável a longo prazo	82.461	-	82.461	82.590	(89)	82.679
Ativo financeiro	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	50.594	-	50.594	17.011	-	17.011
Títulos de valores mobiliários	-	-	-	15.672	-	15.672
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	5.013	(242)	5.255
Outros ativos não circulante	-	-	-	2.589	153	2.436
Ativo classificado como mantido para venda	31.867	-	31.867	42.305	-	42.305
Investimentos	60.187	7.762	52.425	24.973	9.410	15.563
Imobilizado	1.415	-	1.415	16.390	181	16.209
Intangível	-	-	-	100.889	7.072	93.817
Total do ativo	199.851	7.762	192.089	321.944	8.517	313.427

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Circulante	8.771	1	8.770	56.023	631	55.392
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3	-	3	29.997	941	29.056
Fornecedores	768	-	768	11.605	(83)	11.688
Encargos tributários a pagar	262	-	262	8.091	(237)	8.328
Salários e encargos sociais a pagar	674	-	674	3.232	465	2.767
Impostos e contribuições parcelados	257	-	257	1.410	238	1.172
Adiantamento de clientes	-	-	-	140	140	-
Partes relacionadas	5.386	-	5.386	40	-	40
Dividendos propostos	1.421	1	1.420	1.421	1	1.420
Demais contas a pagar	-	-	-	87	(834)	921
Não circulante	28.180	7.761	20.419	88.899	7.762	81.137
Empréstimos, financiamentos e debêntures	688	-	688	64.782	-	64.782
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	11.352	-	11.352	42	-	42
Partes relacionadas	200	-	200	500	-	500
Impostos e contribuições parcelados	2.036	-	2.036	10.428	1	10.427
Provisão para contingências	259	-	259	5.386	-	5.386
Perda com investimentos	13.645	7.761	5.884	7.761	7.761	-
Patrimônio líquido controladores	162.900	-	162.900	162.900	-	162.900
Capital social	158.187	-	158.187	158.187	-	158.187
Adiantamento para futuro aumento de capital	151	(1)	152	151	(1)	152
Reservas de lucros	4.562	1	4.561	4.562	1	4.561
Participações de não controladores	-	-	-	14.122	124	13.998
Total do patrimônio líquido	162.900	-	162.900	177.022	124	176.898
Total do passivo e patrimônio líquido	199.851	7.762	192.089	321.944	8.517	313.427

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
	Receita operacional líquida	8.991	-	8.991	123.800	9.300
Custos dos serviços prestados	(4.450)	-	(4.450)	(70.976)	(8.895)	(62.081)
Lucro bruto	4.541	-	4.541	52.824	405	52.419
Despesas / receitas operacionais	18.981	1	18.980	(8.665)	(911)	(7.754)
Despesar gerais e administrativas	(10.648)	1	(10.649)	(26.773)	(463)	(26.310)
Despesas comerciais	(702)	-	(702)	(2.771)	55	(2.826)
Outras receitas (despesas)	20.751	-	20.751	20.846	(1.268)	22.114
Resultado com equivalência patrimonial	9.580	-	9.580	33	765	(732)
Amortização de investimentos (mais valia)	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional antes do efeitos financeiros	23.522	1	23.521	44.159	(506)	44.665
Resultado financeiro	11	-	11	(12.175)	1.278	(13.453)
Despesas financeiras	(408)	-	(408)	(18.132)	1.278	(19.410)
Receitas financeiras	419	-	419	5.957	-	5.957
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.533	1	23.532	31.984	772	31.212
Imposto de Renda e Contribuição Social	(413)	-	(413)	(5.042)	228	(5.270)
Corrente	(413)	-	(413)	(5.042)	(637)	(4.405)
Diferido	-	-	-	-	865	(865)
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade	23.120	1	23.119	26.942	1.000	25.942
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	(1.167)	-	(1.167)	(1.394)	-	(1.394)
Lucro líquido do exercício	21.953	1	21.952	25.548	1.000	24.548
Atribuível ao controlador				21.953	1	21.952
Atribuível ao não controlador				3.595	999	2.596

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
	Lucro líquido do exercício	21.953	1	21.952	25.548	1.000
Total do resultado abrangente do exercício	21.953	1	21.952	25.548	1.000	24.548
Atribuível ao controlador				21.953		21.952
Atribuível ao não controlador				3.595		2.596

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	21.953	-	21.953	25.548	(3.557)	29.105
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	222	(1)	223	6.333	1.383	4.950
Provisão para contingências	213	1	212	(18)	(327)	309
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	113	(2)	115	11.896	(702)	12.598
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	-	-	(3.279)	3.279
Juros apropriados sobre parcelamentos	241	(230)	471	471	(419)	890
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	-	-	-	(1.433)	(1.433)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.296)	(2.962)	(334)
Imposto de renda e contribuição social	413	413	-	5.042	4.495	547
Resultado de equivalência patrimonial	(9.580)	-	(9.580)	732	(2.805)	3.537
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido p	(19.917)	732	(20.649)	(19.917)	(19.917)	-
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	1.167	-	1.167	1.394	1.394	-
Resultado atribuído a não controlador	-	-	-	(3.595)	(3.595)	-
Resultado com outros investimentos	-	-	-	-	(199)	199
(Aumento)/redução nos ativos:						
Contas a receber de clientes	(256)	-	(256)	2.119	(6.918)	9.037
Demais contas a receber e adiantamentos	1.317	(1.969)	3.286	5.866	12.235	(6.369)
Créditos tributários	(566)	-	(566)	(1.441)	(2.731)	1.290
Ativo financeiro (recebimento da CIP)	-	-	-	595	595	-
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	-	(2.967)	(2.766)	(201)
Aumento/(redução) nos passivos:						
Fornecedores	534	-	534	108	(4.812)	4.920
Encargos tributários a Pagar	(372)	(443)	71	(1.435)	(3.826)	2.391
Salários e encargos sociais a pagar	215	30	185	584	964	(380)
Impostos e contribuições parcelados	(82)	230	(312)	(1.800)	(5.423)	3.623
Adiantamentos de clientes	-	5.376	(5.376)	140	(11.701)	11.841
Demais contas a pagar	-	-	-	(6.363)	(4.681)	(1.682)
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:	(4.385)	4.137	(8.522)	18.563	(60.987)	79.550

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(33)	1	(34)	(12.895)	27.295	(40.190)
Aquisição de títulos de dívidas	(13.818)	(13.818)	-	(13.818)	8.034	(21.852)
Investimentos no "Ativo classificado como mantidos para venda"		-	-	(2.968)	(2.968)	-
Aquisição de controlada	(18.675)	(18.675)	-	(18.675)	(18.675)	-
Caixa líquido de aquisição de companhias		-	-	224	224	-
Ativo financeiro (investimentos na infraestrutura da concessão)		-	-	(3.151)	(3.151)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	-	-	-	-	33.794	(33.794)
Variação do Investimento em empresas, novas controladas/coligadas	-	12.349	(12.349)	-	22.574	(22.574)
Reflexo de Investimentos em empresas coligadas/controladas	-	-	-	-	20.960	(20.960)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(32.526)</u>	<u>(20.143)</u>	<u>(12.383)</u>	<u>(51.283)</u>	<u>88.087</u>	<u>(139.370)</u>
Terceiros:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187	(1)	188	348	6.613	(6.265)
Acionistas:						
Empréstimos entre partes relacionadas	1.135	16.007	(14.872)	(1.386)	(30.544)	29.158
Participação de não controladores	-	-	-	1.722	(8.003)	9.725
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(3.119)	3.119
Adiantamento para futuro aumento de capital	151	-	151	151	151	-
Integralização do capital social	16.603	-	16.603	16.603	(6.205)	22.808
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>18.076</u>	<u>16.006</u>	<u>2.070</u>	<u>17.438</u>	<u>(41.107)</u>	<u>58.545</u>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.835)</u>	<u>-</u>	<u>(18.835)</u>	<u>(15.282)</u>	<u>(14.007)</u>	<u>(1.275)</u>
Caixa e equivalente de caixa						
Início do exercício	19.479	-	19.479	20.294	15.807	4.487
Final do exercício	<u>644</u>	<u>-</u>	<u>644</u>	<u>5.012</u>	<u>1.800</u>	<u>3.212</u>
	<u>(18.835)</u>	<u>-</u>	<u>(18.835)</u>	<u>(15.282)</u>	<u>(14.007)</u>	<u>(1.275)</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Receitas de prestação de serviços	9.503	-	9.503	117.126	(10.068)	127.194
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	13.880	13.880	-
	9.503	-	9.503	131.006	3.812	127.194
Insumos adquiridos de terceiros	(10.045)	835	(10.880)	(84.002)	(16.814)	(67.188)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(10.045)	835	(10.880)	(17.312)	49.876	(67.188)
Custo de construção	-	-	-	(13.880)	(13.880)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	-	(52.810)	(52.810)	-
Valor adicionado bruto	(542)	835	(1.377)	47.004	(13.002)	60.006
Depreciações e amortizações	(222)	-	(222)	(6.333)	(229)	(6.104)
Valor adicionado líquido	(764)	835	(1.599)	40.671	(13.231)	53.902
Resultado da equivalência patrimonial	8.413	(1.167)	9.580	(2.126)	(1.394)	(732)
Receitas financeiras	419	-	419	5.957	-	5.957
Outros	19.917	333	19.584	19.917	7.362	12.555
Valor adicionado total a distribuir	27.985	1	27.984	64.419	(7.263)	71.682
Pessoal	4.698	-	4.698	12.619	(5.243)	17.862
Impostos, taxas e contribuições	926	1	925	12.182	3.869	8.313
Remuneração de Capitais de Terceiros						
Aluguéis	-	-	-	1.549	-	1.549
Juros e variações monetárias	383	-	383	12.521	(1.553)	14.074
Outras	25	-	25	-	(5.336)	5.336
	408	-	408	14.070	(6.889)	20.959
Remuneração de capitais próprios	21.953	-	21.953	21.953	1	21.952
Participação de não controladores	-	-	-	3.595	999	2.596
Total	27.985	1	27.984	64.419	(7.263)	71.682

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Efeitos dos ajustes nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Circulante	19.755	-	19.755	98.405	4.096	94.309
Caixa e equivalentes de caixa	258	-	258	3.211	-	3.211
Contas a receber de Clientes	2.083	-	2.083	17.370	(10.542)	27.912
Ativo Financeiro	-	-	-	11.509	11.509	-
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	499	-	499	5.930	3.024	2.906
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	-	6.079	1	6.078
Adiantamentos	968	-	968	6.176	103	6.073
Partes relacionadas	682	-	682	254	-	254
Títulos de Valores Mobiliários	12.965	-	12.965	46.604	-	46.604
Outros ativos circulantes	10	-	10	1.272	1	1.271
Dividendos a Receber	2.290	-	2.290	-	-	-
Não circulante	208.668	6.552	202.116	250.413	3.216	247.197
Realizável a longo prazo	90.432	-	90.432	93.355	3.826	89.529
Ativo financeiro	-	-	-	3.827	3.827	-
Partes relacionadas	36.127	-	36.127	20.101	-	20.101
Títulos de valores mobiliários	22.438	-	22.438	15.447	-	15.447
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	4.801	-	4.801
Outros ativos não circulante	-	-	-	4.896	(1)	4.897
Ativo classificado como mantido para venda	31.867	-	31.867	44.283	-	44.283
Investimentos	116.939	6.552	110.387	25.152	8.093	17.059
Imobilizado	1.297	-	1.297	16.442	-	16.442
Intangível	-	-	-	115.464	(8.703)	124.167
Total do ativo	228.423	6.552	221.871	348.818	7.312	341.506

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Circulante	18.215	(366)	18.581	74.821	3.729	71.092
Empréstimos, financiamentos e debêntures	428	-	428	22.797	-	22.797
Fornecedores	417	-	417	16.425	103	16.322
Encargos tributários a pagar	488	-	488	13.976	3.991	9.985
Salários e encargos sociais a pagar	459	-	459	2.454	1	2.453
Impostos e contribuições parcelados	346	-	346	2.727	-	2.727
Adiantamento de clientes	11.840	-	11.840	12.143	302	11.841
Partes relacionadas	-	-	-	50	-	50
Dividendos propostos	4.237	(366)	4.603	4.237	(366)	4.603
Demais contas a pagar	-	-	-	12	(302)	314
Não circulante	32.286	8.093	24.193	75.572	8.092	67.480
Empréstimos, financiamentos e debêntures	288	-	288	43.967	-	43.967
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	14.961	-	14.961	91	0	91
Partes relacionadas	22	-	22	-	- 0	-
Impostos e contribuições parcelados	2.196	-	2.196	13.497	- 0	13.497
Provisão para contingências	595	-	595	4.680	(1) 0	4.681
Perda com investimentos	14.224	8.093	6.131	13.337	8.093 0	5.244
Patrimônio líquido controladores	177.922	(1.175)	179.097	177.922	(1.175)	179.097
Capital social	158.187	-	158.187	158.187	-	158.187
Adiantamento para futuro aumento de capital	151	-	151	151	-	151
Reservas de lucros	19.584	(1.175)	20.759	19.584	(1.175)	20.759
Participações de não controladores	-	-	-	20.503	(3.334)	23.837
Total do patrimônio líquido	177.922	(1.175)	179.097	198.425	(4.509)	202.934
Total do passivo e patrimônio líquido	228.423	6.552	221.871	348.818	7.312	341.506

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Receita operacional líquida	8.723	-	8.723	160.804	(5.045)	165.849
Custos dos serviços prestados	(1.439)	1	(1.440)	(89.049)	462	(89.511)
LUCRO BRUTO	7.284	1	7.283	71.755	(4.583)	76.338
Despesas / receitas operacionais	12.025	(1.526)	13.551	(23.736)	3.096	(26.832)
Despesa Gerais e Administrativas	(6.955)	1	(6.956)	(22.696)	4	(22.700)
Despesas Comerciais	(881)	336	(1.217)	(2.158)	309	(2.467)
Outras Receitas/Despesas	5.608	(249)	5.857	1.955	(116)	2.071
Resultado com Equivalência Patrimonial	14.452	(1.614)	16.066	(638)	2.899	(3.537)
Amortização de Investimentos (Agio/Mais Valia)	(199)	-	(199)	(199)	-	(199)
Resultado operacional antes do efeitos financeiros	19.309	(1.525)	20.834	48.019	(1.487)	49.506
Resultado financeiro	2.547	(16)	2.563	(9.730)	1.549	(11.279)
Despesas financeiras	(318)	(16)	(302)	(17.344)	613	(17.957)
Receitas financeiras	2.865	-	2.865	7.614	936	6.678
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.856	(1.541)	23.397	38.289	62	38.227
Imposto de Renda e Contribuição Social	(408)	-	(408)	(9.667)	(545)	(9.122)
Corrente	(408)	-	(408)	(9.419)	(788)	(8.631)
Diferido	-	-	-	(248)	-	(491)
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade	21.448	(1.541)	22.989	28.622	(483)	29.105
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	(3.609)	-	(3.609)	(4.312)	(4.312)	-
Lucro líquido do exercício	17.839	(1.541)	19.380	24.310	(4.795)	29.105
Atribuível ao controlador				17.838	(1.542)	19.380
Atribuível ao não controlador				6.472	(3.253)	9.725

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Lucro líquido do exercício	17.839	(1.541)	19.380	24.310	(4.795)	29.105
Total do resultado abrangente do exercício	17.839	(1.541)	19.380	24.310	(4.795)	29.105
Atribuível ao controlador				17.838	(1.542)	19.380
Atribuível ao não controlador				6.472	(3.253)	9.725

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	17.838	(1.542)	19.380	24.310	(4.795)	29.105
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	238	-	238	4.435	(515)	4.950
Provisão para contingências	336	-	336	(706)	(1.015)	309
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	113	-	113	12.598	-	12.598
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	-	1.438	(1.841)	3.279
Juros apropriados sobre parcelamentos	189	21	168	1.277	387	890
Atualização sobre ativo financeiro	-	-	-	(935)	(935)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(374)	(40)	(334)
Imposto de renda e contribuição social	408	408	-	9.667	9.120	547
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(2.507)	(2.507)	-	(2.766)	(2.766)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(14.452)	1.651	(16.103)	638	(2.899)	3.537
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	3.609	-	3.609	4.312	4.312	-
Resultado atribuído a não controlador	-	-	-	(6.472)	(6.472)	-
Amortização da "mais valia" sobre investimentos	199	-	199	199	-	199
(Aumento)/redução nos ativos:						
Contas a receber de clientes	(1.559)	-	(1.559)	10.652	1.615	9.037
Demais contas a receber e adiantamentos	(635)	2.290	(2.925)	(5.917)	452	(6.369)
Créditos tributários	67	171	(104)	(1.170)	(2.460)	1.290
Ativos destinados à aplicação nas concessões	-	-	-	3.868	4.069	(201)
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	(201)	(201)	-
Aumento/(redução) nos passivos:						
Fornecedores	(351)	1	(352)	4.820	(100)	4.920
Encargos tributários a pagar	(182)	(408)	226	(3.570)	(5.961)	2.391
Salários e encargos sociais a pagar	(215)	(1)	(214)	(778)	(398)	(380)
Impostos e contribuições parcelados	60	(21)	81	3.109	(514)	3.623
Adiantamentos de clientes	11.840	-	11.840	12.003	162	11.841
Demais contas a pagar	-	-	-	623	2.305	(1.682)
Dividendos a pagar	-	(3.182)	3.182	-	(3.119)	3.119
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:	14.996	(3.119)	18.115	71.060	(11.609)	82.669

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(120)	-	(120)	(20.895)	19.295	(40.190)
Aquisição de títulos de dívidas	(1.591)	19.994	(21.585)	-	21.852	(21.852)
Recebimento de títulos e valores mobiliários	1.922	1.922	-	3.631	3.631	-
Ativo financeiro (investimentos na infraestrutura da concessão)	-	-	-	(15.713)	(15.713)	-
Investimentos no "Ativo classificado como mantidos para venda"	-	-	-	(5.538)	(5.538)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	-	8.722	(8.722)	-	33.794	(33.794)
Variação do Investimento em empresas, novas controladas/coligadas	-	25.750	(25.750)	-	22.574	(22.574)
Aporte de capital social nas investidas	(600)	(600)	-	(684)	(684)	-
Reflexo de Investimentos em empresas coligadas/controladas	-	16.062	(16.062)	-	20.960	(20.960)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(389)</u>	<u>71.850</u>	<u>(72.239)</u>	<u>(39.199)</u>	<u>100.171</u>	<u>(139.370)</u>
Terceiros:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(88)	-	(88)	(32.168)	(25.903)	(6.265)
Acionistas:						
Empréstimos entre partes relacionadas	(14.905)	(71.912)	57.007	(7.875)	(37.033)	29.158
Participação de não controladores	-	-	-	6.381	(3.344)	9.725
Variação do patrimônio líquido	-	3.182	(3.182)	-	(22.808)	22.808
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(14.993)</u>	<u>(68.730)</u>	<u>53.737</u>	<u>(33.662)</u>	<u>(89.088)</u>	<u>55.426</u>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(386)</u>	<u>1</u>	<u>(387)</u>	<u>(1.801)</u>	<u>(526)</u>	<u>(1.275)</u>
Caixa e equivalente de caixa						
Início do exercício	644	-	644	5.012	525	4.487
Final do exercício	<u>258</u>	<u>1</u>	<u>257</u>	<u>3.211</u>	<u>(1)</u>	<u>3.212</u>
	<u>(386)</u>	<u>1</u>	<u>(387)</u>	<u>(1.801)</u>	<u>(526)</u>	<u>(1.275)</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Receitas de prestação de serviços	9.116	-	9.116	134.303	(42.875)	177.178
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	35.539	35.539	-
Outros resultados	5.950	-	5.950	2.338	(1.088)	3.426
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	374	40	334
	15.066	-	15.066	172.554	(8.384)	180.938
Insumos adquiridos de terceiros	(6.197)	109	(6.306)	(91.376)	4.444	(95.820)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(471)	-	(471)	(14.041)	-	(14.041)
Custo de construção	-	-	-	(35.539)	1	(35.540)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.726)	109	(5.835)	(41.796)	4.443	(46.239)
Valor adicionado bruto	8.869	109	8.760	81.178	(3.940)	85.118
Depreciações e amortizações	(437)	-	(437)	(4.634)	316	(4.950)
Valor adicionado líquido	8.432	109	8.323	76.544	(3.624)	80.168
Resultado da equivalência patrimonial	10.843	(1.651)	12.494	(4.950)	(1.413)	(3.537)
Receitas financeiras	2.865	-	2.865	7.614	936	6.678
Valor adicionado total a distribuir	22.140	(1.542)	23.682	79.208	(4.101)	83.309
Pessoal	2.488	-	2.488	13.415	(184)	13.599
Impostos, taxas e contribuições	1.233	-	1.233	21.670	879	20.791
Remuneração de Capitais de Terceiros						
Aluguéis	267	-	267	1.410	-	1.410
Juros e variações monetárias	314	-	314	18.403	(1)	18.404
	581	-	581	19.813	(1)	19.814
Remuneração de capitais próprios	17.838	(1.542)	19.380	17.838	(1.542)	19.380
Participação de não controladores	-	-	-	6.472	(3.253)	9.725
Total	22.140	(1.542)	23.682	79.208	(4.101)	83.309

3.2. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia que foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Resolução CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3.4. Base de Consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas e investidas coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As empresas investidas nessas demonstrações contábeis estão apresentadas da seguinte forma:

	Participação acionária	
	2016	2015
Controladas		
Aguas de Santo Antonio S.A. (*)	100,00%	100,00%
Companhia Aguas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	83,70%	83,70%
Envimax Consult. e Serviços Ambientais S.A. (**)	57,50%	0,00%
Coligadas		
Sanesalto Saneamento S.A. (***)	49,95%	48,08%

(*) Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei nº 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e os resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A, tendo posteriormente emitido o Decreto 004, onde decretou situação de emergência em relação ao serviço público de abastecimento de água no município e ainda emitiu o Decreto 005 onde autoriza a prestação do serviço público de abastecimento de água no município de Santo Antônio de Pádua, sob regime de permissão. A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua, pelas razões mencionadas em eventos subsequentes. A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

(**) A Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. foi adquirida e passou a ser controlada no início de 2016;

(***) Em 23 de maio de 2016 foram transferidas à Companhia 1,87% de ações, equivalente a 37.521 ações da Sanesalto Saneamento S.A. Ainda assim não há controle sobre tal investida.

3.4.1. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.5. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em milhares de reais.

3.6. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.6.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento com os municípios e empresas privadas.

- Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos;
- Receitas de construção: De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções;
- Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento;
- Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.6.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- (a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

3.6.3. Ativo circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- Ativo financeiro da concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como "Ativo financeiro", quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo financeiro de concessão no início é mensurado a valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a "receita anual" (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

Conforme o ICPC 01 permite a classificação do ativo financeiro em três categorias, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, a Administração julga que a melhor classificação é como "recebível".

A parcela de remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- Adiantamentos para investimentos

Os adiantamentos para investimentos compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que fazem parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos negócios para o desenvolvimento de suas atividades.

- Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços a serem prestados (Almoxarifado)

Estes ativos são registrados ao custo médio de aquisição, que não superam os valores de mercado ou valor líquido de realização. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso".

As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

- Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

- Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito das Controladas de cobrarem os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na

data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

- Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes (Ativos não financeiros)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

- Método de equivalência patrimonial

De acordo com este método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações societárias poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas. Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes.

3.6.4. Passivo circulante e não circulante

- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto a Sanesul e Urbeluz, que optaram pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

- Provisões para processos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e das suas Controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

- Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.6.5. Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública, firmados com o poder concedente.

A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

3.6.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho por compra vantajosa".

3.8. Mudanças em políticas contábeis

3.8.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da companhia.

3.8.2. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro.

A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

O IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instruments tende a não gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores, com efeito médio após 180 dias. A implantação da IFRS 15 / CPC 47 - Revenues from Contracts with Customers se dará com o reconhecimento de uma receita líquida já constituída de índices de inadimplência médios históricos, com uma conseqüente redução das provisões para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa .

IFRS 16 Leases: Estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e saldos em conta corrente	142	191	593	1.108
Aplicação liquidez imediata (a)	116	453	2.618	3.904
	<u>258</u>	<u>644</u>	<u>3.211</u>	<u>5.012</u>

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a remuneração média das aplicações financeiras equivalia a 100% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber - saneamento	-	-	8.905	8.524
Contas a receber - partes relacionadas	2.083	524	165	111
Contas a receber - iluminação pública	-	-	10.474	13.044
Contas a receber - demais clientes	-	-	251	404
Fornecimento a faturar (*)	-	-	1.702	10.066
(-) Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.127)	(4.501)
	<u>2.083</u>	<u>524</u>	<u>17.370</u>	<u>27.648</u>

(*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo conforme suas medições, porém não faturado até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência.

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas apresentam, no balanço consolidado de 2016, o valor de R\$ 165 referente a Águas de Santo Antônio, no qual não ocorre a consolidação devido a intervenção.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, exceto da companhia Urbeluz, que possui saldos a receber do poder público, no qual existem expectativas de recebimento no curto prazo. A provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer - Faturados	2.083	524	8.583	3.882
A vencer - á Faturar	-	-	3.009	9.669
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	2.853	3.271
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	1.440	144
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	339	1.400
Vencidos acima de 180 dias	-	-	5.273	13.783
(-) Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.127)	(4.501)
	<u>2.083</u>	<u>524</u>	<u>17.370</u>	<u>27.648</u>

5.1. Movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	31/12/2016	31/12/2015
Saldos iniciais	(4.501)	(7.797)
Reversão da provisão	374	3.951
Créditos provisionados no exercício	-	(655)
Saldos finais	<u>(4.127)</u>	<u>(4.501)</u>

6. Impostos e contribuições a compensar/recuperar

Os créditos tributários apresentados no ativo consolidado referem-se, substancialmente, à controlada Urbeluz Energética S.A. no montante de R\$ 5.323, no ativo não circulante o montante de R\$ 4.801 que se referem a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas Alegrete RJ Participações e na Caraguá Luz S.A. - SPE.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos a Recuperar				
PIS a recuperar	-	-	441	9
COFINS a recuperar	-	-	519	22
ISS a recuperar	499	566	583	572
INSS a compensar	-	-	1.732	2.018
IRRF a compensar	-	-	468	42
IRPJ a recuperar	-	-	1.406	1.272
CSLL a recuperar	-	-	555	598
Outros impostos a recuperar	-	-	226	227
	<u>499</u>	<u>566</u>	<u>5.930</u>	<u>4.760</u>

6.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos de impostos diferidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base negativa	10.924	10.924
Provisão para riscos processuais	2.325	2.952
Outras diferenças temporárias	868	868
Valor justados ativos adquiridos e combinação de negócios (ativo)	25.102	24.973
Valor justados ativos adquiridos e combinação de negócios (passivo)	(25.102)	(24.973)
	<u>14.117</u>	<u>14.744</u>
Imposto de renda diferido	3.529	3.686
Contribuição social diferido	1.272	1.327
	<u>4.801</u>	<u>5.013</u>

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

O almoxarifado e os ativos a serem alocados nas concessões e serviços a serem prestados são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caragua Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A.:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Materiais de uso e consumo	676	290
Bombas e equipamentos	436	630
Tubos e conexões para água	116	126
Tubos e conexões para esgoto	1.153	1.141
Postes e acessórios	401	118
Reator, relê, fios e cabos	507	800
Ferragens e acessórios	322	597
Lâmpadas e luminárias	1.817	1.321
Outros materiais para manutenção	651	855
	<u>6.079</u>	<u>5.878</u>

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda destes ativos e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento a funcionários	12	-	95	68
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	4.977	2.925
Outros fornecedores	956	334	1.104	802
Total de adiantamentos	<u>968</u>	<u>334</u>	<u>6.176</u>	<u>3.795</u>

- (a) Adiantamentos a fornecedores realizados pela controlada Urbeluz, que derivam de antecipações principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

9. Transações com partes relacionadas

9.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Águas de Santo Antonio S.A.	-	558	-	-
Sanetrat (a)	428	39.164	-	-
Consórcio Construtor Catarinense	254	171	254	166
	<u>682</u>	<u>39.893</u>	<u>254</u>	<u>166</u>
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Águas de Itapema (b)	709	20.118	-	-
Aguas de Santo Antonio S.A. (d)	2.153	-	2.153	-
Urbeluz (d)	4.547	4.647	-	-
Sanesul (e)	23.994	17.754	-	1.649
Envimax (c)	27	3.516	-	3.516
Sanesalto (d)	3.034	1.937	3.034	-
Sanetrat (a)	330	1.700	-	-
Conasa SPE (d)	1.333	922	-	-
Outros	-	-	354	-
	<u>36.127</u>	<u>50.594</u>	<u>5.541</u>	<u>5.165</u>
Mutuos com Sócios/Consórcio (Urbeluz)				
Cobrapar (g)	-	-	13.589	11.846
Outros	-	-	971	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.560</u>	<u>11.846</u>
	<u>36.127</u>	<u>50.594</u>	<u>20.101</u>	<u>17.011</u>
	<u>36.809</u>	<u>90.487</u>	<u>20.355</u>	<u>17.177</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante				
Mútuos a pagar				
Sanesalto (f)	-	5.386	-	-
MLF Consultoria Ltda.	-	-	50	-
GPI Participações e Investimentos	-	-	-	40
	<u>-</u>	<u>5.386</u>	<u>50</u>	<u>40</u>
Passivo não circulante				
Mútuos a pagar				
Infra Asset Management	-	200	-	200
Sanetrat	22	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	300
	<u>22</u>	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>500</u>
	<u>22</u>	<u>5.586</u>	<u>50</u>	<u>540</u>
Receita de locação de veículos e equipamentos				
Águas de Itapema	181	155	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	87	26	182	26
Águas de Santo Antônio	93	128	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	12	-	-	-
	<u>373</u>	<u>309</u>	<u>182</u>	<u>26</u>
Outras receitas operacionais				
Companhia Águas de Itapema	4.212	-	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	476	-	312	-
	<u>4.688</u>	<u>-</u>	<u>312</u>	<u>-</u>
	<u>5.061</u>	<u>309</u>	<u>494</u>	<u>26</u>

- (a) Em 28 de julho de 2016 o saldo demonstrado foi convertido em capital social na respectiva controlada, juntamente com outros valores aportados no primeiro semestre de 2016, totalizando R\$ 40.548.
- (b) A Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Controlada, cujo recursos foram destinados a execução dos investimentos previstos no contrato de concessão da Águas de Itapema. Em 04 de julho de 2016, o adiantamento foi convertido em Debêntures, com vencimento para 02 de julho de 2029, incluindo juros de 12% a.a. e atualização monetária pelo IPCA.
- (c) Em janeiro de 2016, a Envimax Consultoria e Serviços Ltda. foi adquirida pela CONASA, e o respectivo montante transferido para a rubrica de Investimentos.
- (d) Os principais saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo econômico em virtude da gestão centralizada do caixa, não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. No caso da Águas de Santo Antônio, com a caducidade da concessão decretada pelo Poder Concedente em janeiro de 2017, os valores de AFACs foram provisionados no exercício de 2017 e foi adicionada indenização prevista pela Lei 8.987/95.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (e) Os aportes realizados a Sanesul destinaram ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda. Com o advento do Programa de Regularização Tributária em 2017, o respectivo montante fora realizado através da alienação dos créditos tributários da controlada.
- (f) O valor de R\$ 5.386 fora reconhecido como receita de obras, em virtude do serviço prestado pela Companhia.
- (g) Em 01 de setembro de 2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, referente a aquisição de 5 PCH's localizadas no Complexo Hidrelétrico do Rio São Bartolomeu, pelo valor firme de R\$ 10.300. Em 31 de dezembro de 2012 foi celebrado o distrato desta operação, onde a Cobrapar se comprometia a devolver até 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 9.501 corrigido pelo IGPM/FGV. Como não houve a devolução, sobre o montante atualizado incidiu multa pecuniária não compensatória de 2% (R\$ 236 em 2016), e mensalmente incorre juros moratórios de 1% (R\$ 1.506 em 2016). Em virtude do inadimplemento, em 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é líquido e certo, não havendo discussão sobre os valores devidos, com existência de garantias que podem ser acionadas, em especial, as próprias ações da Urbeluz de titularidade da Cobrapar, reservas de capital referentes a estas ações e lucros e dividendos futuros. A execução das garantias decorrerá do processo de execução, caso a Cobrapar não apresente outra forma de quitação. Não há expectativa de perda em decorrência dos atuais bens arrolados no processo judicial, em especial as ações da Urbeluz, tendo valor significativamente superior a demanda. Em razão de ser um acionista não controlador no Grupo Conasa, a Companhia não determina a constituição de provisão de perdas, até que sejam esgotadas todas as formas de cobrança diante do inadimplemento. No caso específico da Cobrapar há garantias que suportam a realização e liquidação deste ativo.

9.2. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados na concessão ou parcerias público-privadas (PPP).

Até o momento, não fora identificado quaisquer outras perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. Este procedimento de constituição de provisão de perdas somente é adotado quando se esgota todas as possibilidades de cobrança e capacidade da Companhia e suas controladas gerar caixa com base na liquidação destes recebíveis.

9.3. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios de 2015 e 2016 não houveram despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, pois os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração.

A partir do exercício de 2017, a Assembleia Geral definiu remuneração aos administradores, somando R\$ 1.320 por ano.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

10. Títulos de valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa (Debentures Sanesalto) (a)	12.965	13.818	12.965	13.817
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	1.950	1.738
Sanetrat (Cedula crédito imobiliário) (b)	-	-	31.689	31.689
	<u>12.965</u>	<u>13.818</u>	<u>46.604</u>	<u>47.244</u>
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa (Debentures Aguas de Itapema) (d)	22.438	-	-	-
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	11.052	11.410
Aguas de Itapema - Reserva CCB (c)	-	-	4.395	3.981
Aguas de Santo Antônio - Reserva CCB (c)	-	-	-	281
	<u>22.438</u>	<u>-</u>	<u>15.447</u>	<u>15.672</u>

Os valores registrados na conta títulos de valores mobiliários contemplam debêntures a receber de coligadas e cédulas de créditos, conforme segue:

- (a) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Está sendo amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025. Em 28 de dezembro de 2015 a Conasa Infraestrutura S.A. recebeu como aporte de capital debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A. A Controladora também mantém aplicações em debêntures, no montante total de R\$ 12.965, de emissão de sua coligada Sanesalto. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 6,25% ao ano e atualização monetária através do IGP-M. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses.”;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A.

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelo montante de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Estas CCIs são oriundas do "Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças - Contrato de arrendamento", firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A. Considerando pela Administração, uma transação rentável e que tinha como objetivo a prospecção de novos negócios no setor de saneamento.

A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.

Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado ("em conjunto, "Alienação Fiduciária".), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel").

Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 53.008, valor este considerando venda forçada.

A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito.

Existe Ação de Falência, na qual a Vênus adquiriu o Imóvel, que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.

Com o arresto, os ACC foram quitados e a Sanetrat obteve decisão em 1ª instância para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs, conforme prognóstico das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2016. A decisão foi suspensa em 2ª instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a pedido de terceiro, antigo proprietário da empresa falida, que não havia se manifestado até o momento, até que todas as partes pudessem se manifestar nos autos. Todas as partes se manifestaram, tendo Sanetrat, Vênus, administrador judicial da falência e ministério público se manifestado a favor da decisão de 1ª instância que desbloqueia os créditos e o imóvel, favoravelmente a Companhia.

A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig ou à terceiro ainda no exercício de 2018. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI, recebendo a totalidade dos valores decorrentes da CCI ou exercendo a liquidação do bem alienado fiduciariamente, com avaliação imobiliária significativamente superior ao valor das CCIs. Considerando que o título possui condições de converter em caixa para a Sanetrat. Seguindo as determinações da Companhia, não há o que se prever a existência de provisão de perdas para este ativo. A Companhia entende que este procedimento somente é instaurado quando não há existem possibilidades de reaver o ativo investido, inclusive em instâncias judiciais, que não é o caso.

- (c) As controladas "Companhia Águas de Itapema" e "Águas de Santo Antônio S.A.", possuem aplicações financeiras, que são garantias aos contratos de empréstimos junto a instituições financeiras.
- (d) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no importe total de R\$ 22.438, de emissão de sua controlada Companhia Aguas de Itapema, com vencimento em 02 de julho de 2.029. Este valor é atualizado com juros remuneratórios através do IGP-M.

11. Ativo não circulante classificado como mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração em razão da existência de empenho com o propósito de venda da participação na Sanesul reclassificou o valor contábil do investimento para "Ativo não circulante classificado como mantido para venda".

A seguir são demonstrados o balanço patrimonial e o resultado do exercício do ativo classificado como mantido para venda.

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Controladora

	2016	2015
Ativos Adquiridos	12.416	10.438
(-) Passivos Adquiridos	(91)	(42)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	12.325	10.396
(-) Participação de não controladores	(3.292)	(3.994)
(-) Partes relacionadas	(23.994)	(17.754)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Controladora)	(14.961)	(11.352)
Ativo classificado como mantidos para venda - Mais valia (Controladora)	31.867	31.867

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	-	55
Demais contas a receber	4	4
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	4	59
Partes Relacionadas	2.989	-
Investimentos	3.217	4.173
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	6.206	4.173
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	44.283	42.305
Fornecedores	50	1
Obrigações fiscais	1	-
Demais contas a pagar	40	41
Passivos circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	91	42
Partes relacionadas	23.994	17.754
Passivos não circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	23.994	17.754
(-) Eliminação de partes relacionadas	(23.994)	(17.754)
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda (Consolidado)	91	42

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(147)	(241)
Outras receitas/despesas	53	(82)
Despesas financeiras	(2)	(21)
Receitas financeiras	1	125
Equivalência patrimonial	(4.217)	(1.175)
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Consolidado)	(4.312)	(1.394)
(-) Participação de não controladores	703	227
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Controladora)	(3.609)	(1.167)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Resultado do exercício	<u>(4.312)</u>	<u>(1.394)</u>
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	13
Baixa de Ativos Imobilizados	-	87
Equivalência patrimonial	4.218	
	<u>(94)</u>	<u>(1.294)</u>
Atividades operacionais		
(Aumento)/redução nos ativos	-	23
Aumento/(redução) nos passivos	49	(122)
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(45)</u>	<u>(1.393)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de investimento	(4.910)	(1.574)
Alienação do imobilizado		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.900	2.968
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(10)</u>	<u>1.394</u>
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(55)</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalente de caixa - Início do período	55	54
Caixa e equivalente de caixa - Final do exercício	-	55
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(55)</u>	<u>1</u>

12. Investimentos

(a) Composição dos investimentos

Controladora						
31/12/2016			31/12/2015			
	Patrimônio líquido da investida (*)		Patrimônio líquido da investida (*)			
	%	Investimento	%	Investimento		
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema (**)	100,00%	18.934	18.934	100,00%	11.868	11.868
Sanetrat Saneamento S.A. (**)	100,00%	42.799	42.799	100,00%	1.967	1.967
Envimax Cons. Serv. Ambientais	57,50%	17	10	-	-	-
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	26.674	13.337	50,00%	16.352	8.176
Maua luz Ltda.	20,00%	250	50	-	-	-
		<u>88.674</u>	<u>75.130</u>		<u>30.187</u>	<u>22.011</u>
Ágio (goodwill)						
Envimax Cons. Serv. Ambientais			3.504			-
			<u>3.504</u>			<u>-</u>
Mais valia						
Sanesalto Saneamento S.A.			25.102			24.973
Urbeluz Energética S.A.			13.203			13.203
			<u>38.305</u>			<u>38.176</u>
			<u>116.939</u>			<u>60.187</u>
Perda com investimentos (passivo)						
Conasa SPE S.A.	99,99%	(887)	(887)	99,99%	(668)	(668)
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(16.202)	(8.093)	48,08%	(16.142)	(7.761)
Águas de Santo Antônio	100,00%	(5.244)	(5.244)	100,00%	(5.216)	(5.216)
		<u>(22.333)</u>	<u>(14.224)</u>		<u>(22.026)</u>	<u>(13.645)</u>
Saldo líquido de investimento			<u>102.715</u>			<u>46.542</u>
Consolidado						
31/12/2016			31/12/2015			
	Patrimônio líquido da investida (*)		Patrimônio líquido da investida (*)			
	%	Investimento	%	Investimento		
Investimentos (ativo):						
Maua Luz Ltda	20,00%	250	50	20,00%	-	-
		<u>250</u>	<u>50</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
Mais Valia						
Sanesalto Saneamento S.A.			25.102			24.973
			<u>25.102</u>			<u>24.973</u>
			<u>25.152</u>			<u>24.973</u>
Perda com investimentos (passivo)						
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(16.202)	(8.093)	48,08%	(16.142)	(7.761)
Águas de Santo Antônio	83,70%	(6.265)	(5.244)	100,00%	-	-
		<u>(22.467)</u>	<u>(13.337)</u>		<u>(16.142)</u>	<u>(7.761)</u>
Saldo líquido de investimento			<u>11.815</u>			<u>17.212</u>

(*) Desconsiderados os saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital dos patrimônios líquidos das Companhias.

(**) Valores dos investimentos já considerados os dividendos a receber na controladora.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação dos investimentos:

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição / Aumento de capital	Amortização da mais valia	Outros	Ágio na aquisição	Equivalência patrimonial do exercício	Dividendos propostos	Saldo em 31/12/2016
Investimentos (ativo)								
Companhia Águas de Itapema	11.868	-	-	-	-	9.267	(2.201)	18.934
Sanetrat Saneamento S.A.	1.967	40.547	-	-	-	374	(89)	42.799
Envimax Consultoria Ambiental S.A.	-	12	-	-	-	(2)	-	10
Urbeluz Energética S.A.	8.176	73	-	-	-	5.088	-	13.337
Maua luz Ltda.	-	50	-	-	-	-	-	50
	<u>22.011</u>	<u>40.682</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.727</u>	<u>(2.290)</u>	<u>75.130</u>
Ágio em coligadas:								
Envimax Consultoria Ambiental S.A.	-	-	-	-	3.504	-	-	3.504
Mais valia sobre ativos								
Sanesalto Saneamento S.A.	24.973	-	(199)	328	-	-	-	25.102
Urbeluz Energética S.A.	13.203	-	-	-	-	-	-	13.203
	<u>38.176</u>	<u>-</u>	<u>(199)</u>	<u>328</u>	<u>3.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.809</u>
	<u>60.187</u>	<u>40.682</u>	<u>(199)</u>	<u>328</u>	<u>3.504</u>	<u>14.727</u>	<u>(2.290)</u>	<u>116.939</u>
Perda com investimento (passivo)								
Águas de Santo Antônio	(5.216)	-	-	-	-	(28)	-	(5.244)
Sanesalto Saneamento	(7.761)	-	-	(304)	-	(28)	-	(8.093)
Conasa SPE	(668)	-	-	-	-	(219)	-	(887)
	<u>(13.645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(304)</u>	<u>-</u>	<u>(275)</u>	<u>-</u>	<u>(14.224)</u>
	<u>46.542</u>	<u>40.682</u>	<u>(199)</u>	<u>24</u>	<u>3.504</u>	<u>14.452</u>	<u>(2.290)</u>	<u>102.715</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição / Aumento de capital	Amortização da mais valia	Outros	Equivalência patrimonial do exercício	Reclassificação	Saldo em 31/12/2016
Investimentos (ativo)							
Maua luz Ltda.	-	50	-	-	-	-	50
	-	50	-	-	-	-	50
Mais valia sobre ativos							
Sanesalto Saneamento S.A.	24.973	-	(199)	328	-	-	25.102
	24.973	-	(199)	328	-	-	25.102
	24.973	50	(199)	328	-	-	25.152
Perda com investimento (passivo)							
Águas de Santo Antônio	-	-	-	-	(28)	(5.216)	(5.244)
Sanesalto Saneamento	(7.761)	-	-	(304)	(28)	-	(8.093)
	(7.761)	-	-	(304)	(56)	(5.216)	(13.337)
	17.212	50	(199)	24	(56)	(5.216)	11.815

Nas demonstrações contábeis consolidadas, a "mais valia" ficam registrados no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à valor justo dos ativos relacionados às concessões. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da coligada, não sendo ativo intangível seu.

(c) Combinação de Negócios

▪ Sanesalto

Em 30 de maio de 2015, a Companhia adquiriu 48,08% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, da Sanesalto Saneamento S.A. Nesta operação não houve a transferência do controle da adquirida, entretanto foi firmado entre a Companhia e os acionistas o compromisso de cessão a termo dos 51% restantes do capital social da Sanesalto. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures. Em 23 de maio de 2016 foram transferidas à Companhia 1,87% de ações que estavam em nome de pessoas físicas, equivalente a 37 ações da Sanesalto. Abaixo, o resumo da combinação de negócios:

	Saldo contábil	Alocação do preço pago	Efeito dos impostos	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.155			1.155
Contas a receber	2.413			2.413
Demais contas a receber	1.486			1.486
Ativo fiscal diferido	-		8.491	8.491
Ativos de concessão	47.953	24.973		72.926
Imobilizado	67			67
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(65.738)			(65.738)
Fornecedores	(258)			(258)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(612)			(612)
Demais contas a pagar	(672)			(672)
Partes relacionadas	(1.937)			(1.937)
Passivo fiscal diferido	-		(8.491)	(8.491)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	(16.143)	24.973	-	8.830
Parcela do controlador e outros acionistas	8.382			8.382
Total líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(7.761)	24.973	-	17.212
Contraprestação transferida				-
Compra vantajosa				17.212

A mensuração do “valor justo dos ativos e passivos da adquirida” foi estimado por especialistas internos da Companhia, tendo em vista o laudo de avaliação econômico-financeira da investida elaborado por empresa independente especializada e informações extraídas dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios e períodos anteriores. O preço de compra foi fundamentado pelos especialistas no “Laudo de alocação do preço de compra”. Importante mencionar que a compra vantajosa no montante de R\$ 17.212 foi originada devido a reestruturação da dívida da Sanesalto com a redução de juros e alongamento do prazo de vencimento, possível pela participação da CONASA como garantidora, adicionando valor ao ativo e liquidez à coligada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cabe ressaltar que ao final de cada exercício a Administração avalia o valor recuperável da “mais valia”, e se houver indícios de impairment, provisões perdas são reconhecidas.

▪ Urbeluz

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

Em 5 de janeiro de 2015, a Companhia aumentou o capital social da Urbeluz em R\$ 12.200, e assim passou a deter 50% da participação societária, obtendo o controle da Companhia através do “Acordo de acionistas” firmado entre as partes em 5 de fevereiro de 2015. O preço total pela aquisição foi R\$ 23.322, considerando “adiantamento para futuro aumento de capital” adicional realizado pela Companhia na Urbeluz no montante de R\$ 4.647.

A seguir, o resumo da combinação de negócios:

	Saldo contábil	Alocação do preço pago	Efeito dos impostos	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	224			224
Contas a receber	21.260	9.676		30.936
Estoques	2.911			2.911
Tributos e contribuições a recuperar	3.319			3.319
Demais contas a receber	4.995			4.995
Partes relacionadas	6.902			6.902
Ativo fiscal diferido	5.013		4.489	9.502
Ativos de concessão (investidas)	-	3.527		3.527
Investimentos	3.352			3.352
Imobilizado e intangível	1.990			1.990
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.091)			(17.091)
Fornecedores	(6.857)			(6.857)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(5.683)			(5.683)
Demais contas a pagar	(1.031)			(1.031)
Passivo fiscal diferido	-		(4.489)	(4.489)
Provisão para contingências	(2.952)			(2.952)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	16.352	13.203	-	29.555
Parcela dos acionistas não controladores	(8.176)			(8.176)
Total líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	8.176	13.203	-	21.379
Contraprestação transferida				(18.674)
Compra vantajosa				2.705

A mensuração do “valor justo dos ativos e passivos da adquirida” foi estimado por especialistas internos da Companhia, tendo em vista o laudo de avaliação econômico-financeira da investida elaborado por empresa independente especializada. O preço de compra foi fundamentado pelos especialistas no “Laudo de alocação do preço de compra”. Importante mencionar que a compra vantajosa no montante de R\$ 2.705 foi originada pela liquidez gerada no aporte realizado pela Companhia, essencial para a conclusão do plano de investimento da Urbeluz nas Parcerias Público Privadas.

Cabe ressaltar que ao final de cada exercício a Administração avalia o valor recuperável da “mais valia”, e se houver indícios de impairment, provisões perdas são reconhecidas.

13. Imobilizado

13.1. Composição

		Controladora			
Vida útil (%)		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
10	Instalações	10	(9)	1	2
10	Máquinas e equipamentos	604	(347)	257	316
20	Equipamentos de informática	403	(307)	96	150
10	Móveis e utensílios	159	(114)	45	50
10	Veículos	757	(559)	198	197
20	Softwares e aplicativos	2	(2)	-	-
-	Terrenos	700	-	700	700
		<u>2.635</u>	<u>(1.338)</u>	<u>1.297</u>	<u>1.415</u>

		Consolidado			
Vida útil (%)		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
10	Instalações	28	(12)	16	19
10	Máquinas e equipamentos	3.428	(1.229)	2.199	1.839
20	Equipamentos de informática	1.046	(831)	215	275
10	Móveis e utensílios	695	(335)	360	308
10	Veículos	4.068	(3.091)	977	710
20	Softwares e aplicativos	2	(2)	-	-
10	Benfeitorias em imóveis	6.727	(453)	6.274	584
-	Terrenos	6.370	-	6.370	6.370
	Obras em andamento	31	-	31	6.285
		<u>22.395</u>	<u>(5.953)</u>	<u>16.442</u>	<u>16.390</u>

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia (Controladora) de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Movimentação do imobilizado

	Controladora				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Reclassificações	Adições	Depreciação	
	Instalações	2	-	-	
Máquinas e equipamentos	316	-	-	(59)	257
Equipamentos de informática	150	-	8	(62)	96
Móveis e utensílios	50	-	10	(15)	45
Veículos	197	-	102	(101)	198
Terrenos	700	-	-	-	700
	<u>1.415</u>	<u>-</u>	<u>120</u>	<u>(238)</u>	<u>1.297</u>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Reclassificações	Adições	Depreciação	
	Instalações	19	-	-	
Máquinas e equipamentos	1.839	194	450	(284)	2.199
Equipamentos de informática	275	-	68	(128)	215
Móveis e utensílios	308	-	101	(49)	360
Veículos	710	-	404	(137)	977
Software e aplicativos	-	-	2	(2)	-
Benfeitorias em imóveis	584	6.060	-	(370)	6.274
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Obras em andamento	6.285	(6.254)	-	-	31
	<u>16.390</u>	<u>-</u>	<u>1.025</u>	<u>(973)</u>	<u>16.442</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

14.1. Composição

	Taxa de Amortização	Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ativo Intangível de concessão					
Obras em Andamento (Itapema)		17.994		17.994	-
Em serviço (Águas de Itapema)	3,27% (a)	116.416	(36.424)	79.992	82.349
Infraestrutura de concessão (Santo Antônio) (d)	2,65% (a)	-	-	-	5.337
		<u>134.410</u>	<u>(36.424)</u>	<u>97.986</u>	<u>87.686</u>
Softwares e Aplicativos					
Softwares e Aplicativos	20%	3.076	(2.305)	771	-
		<u>3.076</u>	<u>(2.305)</u>	<u>771</u>	<u>-</u>
Mais valia ativos das investidas (b)					
Urbeluz		13.203	-	13.203	13.203
		<u>13.203</u>	<u>-</u>	<u>13.203</u>	<u>13.203</u>
Ágio					
Envimax (c)		3.504	-	3.504	-
		<u>3.504</u>	<u>-</u>	<u>3.504</u>	<u>-</u>
		<u>154.193</u>	<u>(38.729)</u>	<u>115.464</u>	<u>100.889</u>

- (a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. A apresentação está sendo realizada da taxa média de amortização, sendo composta por 3,27% da companhia Águas de Itapema;
- (b) A "mais valia" está relacionado a aquisição do controle da Urbeluz, vide nota explicativa nº 12.c.
- (c) Foi reconhecido ágio na aquisição da empresa Envimax na data de 02/01/2016.
- (d) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 1 e 3.4, em virtude da intervenção na Águas de Santo Antônio, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados da investida

A companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Movimentação do intangível

	Consolidado				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	
Ativo Intangível de concessão					
Em curso (Águas de Itapema)	-	19.826	-	-	19.826
Em serviço (Águas de Itapema)	82.349	-	-	(4.189)	78.160
Em serviço (Santo Antonio) (a)	5.337	-	(5.337)	-	-
	<u>87.686</u>	<u>19.826</u>	<u>(5.337)</u>	<u>(4.189)</u>	<u>97.986</u>
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	-	1.304	-	(533)	771
	<u>-</u>	<u>1.304</u>	<u>-</u>	<u>(533)</u>	<u>771</u>
Mais valia sobre ativo intangível de investida					
Urbeluz	13.203	-	-	-	13.203
	<u>13.203</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.203</u>
Ágio					
Envimax	-	3.504	-	-	3.504
	<u>-</u>	<u>3.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.504</u>
	<u>100.889</u>	<u>24.634</u>	<u>(5.337)</u>	<u>(4.722)</u>	<u>115.464</u>

(a) A Companhia deixou de consolidar Águas de Santo Antônio, devido intervenção do poder concedente, vide nota explicativa nº 1.

14.3. Serviços de construção

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de construção	19.826	3.953
Custo de construção	(19.826)	(3.953)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

15. Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros.

15.1. Composição

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Cargagua			Cargagua		
	Alegrete	Luz	Total	Alegrete	Luz	Total
Saldo inicial	-	2.556	2.556	-	-	-
Adições (receita de construção)	4.081	11.632	15.713	-	3.151	3.151
Juros e atualização financeira	240	695	935	-	-	-
Recebimento através da CIP	(430)	(3.438)	(3.868)	-	(595)	(595)
Saldo final	<u>3.891</u>	<u>11.445</u>	<u>15.336</u>	<u>-</u>	<u>2.556</u>	<u>2.556</u>
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.		19% a.a.	10% a.a.	
Circulante			11.509			2.556
Não circulante			3.827			-
			<u>15.336</u>			<u>2.556</u>

15.2. Serviços de construção

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de construção	15.713	3.151
Custos de construção	(15.713)	(3.151)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

15.3. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa as anualmente.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Alegrete		
Contraprestação	26.908	19.224
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(611)	-
(=) Receita Bruta	<u>26.297</u>	<u>19.224</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Caraguá		
Contraprestação	23.578	11.616
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(3.763)	(631)
(=) Receita Bruta	<u>19.815</u>	<u>10.985</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Consolidado		
Contraprestação	50.486	30.840
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(4.374)	(631)
(=) Receita Bruta	<u><u>46.112</u></u>	<u><u>30.209</u></u>

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de project finance, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora			
			31/12/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Finame (a)	nov/18	6,99%	428	288	3	688
			<u>428</u>	<u>288</u>	<u>3</u>	<u>688</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vencimento final	Taxa Contratual (a.a.)	Consolidado			
			31/12/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Finame	nov/18	3,15%	428	288	-	-
Capital de giro - PRÉ		12,00%	246	269	943	282
Debêntures (Conasa SPE)	jun/24	IGP-M + 8,75%	2.375	10.877	2.130	11.451
Debêntures (Urbeluz)	jul/15	IGP-M + 9,32%	-	-	3.178	-
Empréstimos execução de obras		-	-	-	5.386	-
Capital de giro - CDI	dez/18	CDI + 5,8%	6.143	5.707	4.538	9.079
Cédula de crédito bancário	nov/21	IGP-M + 10,5%	13.413	26.826	12.066	35.046
Cédula de crédito bancário	jun/19	IGP-M + 9,5%	-	-	1.647	8.236
			<u>22.605</u>	<u>43.967</u>	<u>29.888</u>	<u>64.094</u>
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	abr/19	8,81%	192	-	105	-
Finame - PRÉ	nov/18	3,15%	-	-	4	688
			<u>192</u>	<u>-</u>	<u>109</u>	<u>688</u>
			<u>22.797</u>	<u>43.967</u>	<u>29.997</u>	<u>64.782</u>

16.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

	31/12/2016		31/12/2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2016	-	-	-	29.997
2017	428	22.797	234	13.802
2018	288	15.711	457	13.802
2019	-	10.347	-	13.802
2020	-	10.770	-	13.802
Após 2020	-	7.139	-	9.574
Total	<u>716</u>	<u>66.764</u>	<u>691</u>	<u>94.779</u>
Circulante	428	22.797	3	29.997
Não circulante	288	43.967	688	64.782
Total	<u>716</u>	<u>66.764</u>	<u>691</u>	<u>94.779</u>

16.3. Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

As CCB emitidas pela Águas de Itapema e Águas de Santo Antônio e as debêntures da CONASA SPE são financiamentos estruturados na modalidade de project finance, com cessão dos recebíveis futuros, além de alienação das ações das sociedades de propósito específico em garantia.

As CCB emitidas pela Águas de Santo Antônio e as debêntures emitidas pela CONASA SPE contam com fiança corporativa da Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

15.4. Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2014, parte destas debêntures foram escrituradas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

15.5. Debêntures Urbeluz Energética S.A.

Em 03 de junho de 2014, a Companhia emitiu 1 debênture conversível em ação ao valor nominal de R\$ 1.443, remunerada ao 1% ao mês. Além da remuneração prevista, o titular da debênture fará jus a um prêmio fixo no valor total de R\$ 2.273. Essas debêntures foram liquidadas durante o exercício de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.6. Debêntures Companhia Águas de Itapema S.A.

Em 04 de julho de 2016, o adiantamento para futuro aumento de capital foi convertido em Debêntures, com vencimento para 02 de julho de 2.029, incluindo juros de 12% a.a. e atualização monetária pelo IPCA, como tais debêntures foram adquiridas pela Companhia, nos saldos "Consolidados" este título de dívida fora eliminada..

15.7. Amortização das Debêntures

Vencimento em	Conasa-SPE	Itapema
2017	2.375	-
2018	1.768	-
2019	1.768	-
2020	1.768	-
2021	1.768	-
Após 2021	3.805	22.438
	<u>13.252</u>	<u>22.438</u>

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	11.554	2.411
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	4.030	7.267
Fornecedores - Saneamento ambiental	-	-	327	1.158
Fornecedores - Outros	417	768	514	769
	<u>417</u>	<u>768</u>	<u>16.425</u>	<u>11.605</u>

18. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS a recolher	228	89	2.910	2.121
Retenção de impostos	16	83	727	1.207
Impostos de renda e Contribuição Social	244	78	4.525	2.214
ISS a Recolher	-	12	84	1.038
ISS diferido	-	-	141	467
Pis e Cofins diferidos	-	-	1.710	954
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	3.879	90
	<u>488</u>	<u>262</u>	<u>13.976</u>	<u>8.091</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos sociais	247	329	903	1.407
Férias e encargos sociais	146	315	1.250	1.319
Irrf sobre salários, 13º e férias	66	30	297	479
Contribuição Sindical / Assistencial	-	-	4	27
	<u>459</u>	<u>674</u>	<u>2.454</u>	<u>3.232</u>

20. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Parcelamento previdenciário	56	65	335	102
Parcelamento federal	124	45	1.781	638
Parcelamento do Refis da Crise	166	147	611	670
	<u>346</u>	<u>257</u>	<u>2.727</u>	<u>1.410</u>
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	135	-	1.221	493
Parcelamento federal	308	124	5.210	1.692
Parcelamento do Refis da Crise	1.753	1.912	7.066	8.243
	<u>2.196</u>	<u>2.036</u>	<u>13.497</u>	<u>10.428</u>
	<u>2.542</u>	<u>2.293</u>	<u>16.224</u>	<u>11.838</u>

Em 22 de agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas Águas de Itapemas e Sanetrat, aderiram ao "Refis da Crise", instituído pela lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e alterado pela medida provisória nº 651 de 9 de julho de 2014. Em 25 de setembro de 2015 foram consolidados os débitos de tributos apenas controlados pela receita federal e procuradoria da receita federal, quanto aos previdenciários, a Receita Federal ainda não publicou a data da consolidação dos débitos.

21. Provisão para contingências

21.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) Composição:

		Controladora			
		31/12/2016			
	Probabilidade de perda Provável	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
		44	293	258	595
		44	293	258	595

		Controladora			
		31/12/2015			
	Probabilidade de perda Provável	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
		110	30	119	259
		110	30	119	259

		Consolidado			
		31/12/2016			
	Probabilidade de perda Provável	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
		1.952	2.376	352	4.680
		1.952	2.376	352	4.680

		Consolidado			
		31/12/2015			
	Probabilidade de perda Provável	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
		2.052	2.982	352	5.386
		2.052	2.982	352	5.386

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação:

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	110	30	119	259
Adições	-	330	139	469
Baixas por reversão	(66)	(67)	-	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>44</u>	<u>293</u>	<u>258</u>	<u>595</u>
	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.052	2.982	352	5.386
Adições	-	330	139	469
Baixas por reversão	(100)	(936)	(139)	(1.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.952</u>	<u>2.376</u>	<u>352</u>	<u>4.680</u>

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

Ações tributárias

Referem-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e em 2015 conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo.

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

21.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 2.291 em processos cíveis, R\$ 863 em processos trabalhistas e 1.589 em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

22. Adiantamento de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
INFRA Real Estate (a)	11.840	-	11.840	-
Urbeluz Energética S.A.	-	-	71	-
Outros	-	-	232	140
	<u>11.840</u>	<u>-</u>	<u>12.143</u>	<u>140</u>

- (a) Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R\$ 11.840, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal atualizados pelo IPCA. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em maio de 2018, além de figurar como fiadora do contrato de locação. Abaixo o cronograma de pagamento do arrendamento pela controlada Águas de Itapema:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado
	31/12/2016
A vencer em 2017	1.295
A vencer em 2018	2.088
A vencer em 2019	2.088
A vencer em 2020	2.088
A vencer em 2021	2.088
A vencer em 2022	2.088
A Vencer a partir de 2023 a 2027	11.555
	<u>23.290</u>

23. Patrimônio Líquido

23.1. Capital social subscrito e integralizado

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 158.187, representado por 158.187 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	<u>158.187</u>	<u>100%</u>	<u>158.187</u>	<u>100%</u>
	<u>158.187</u>	<u>100%</u>	<u>158.187</u>	<u>100%</u>

23.2. Reserva de retenção de lucros

Conforme a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) art. 196, a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.709 (R\$ 4.263 em 31 de dezembro de 2016), que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

23.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2016 do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R\$ 892 (R\$ 299 em 31 de dezembro de 2016).

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios e Reserva especial de lucros

Por deliberação unânime da assembleia geral de acionistas em 3 de maio de 2016, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 1.421 referente ao lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2015, foi revertida para a "Reserva especial de lucros".

A Companhia reconheceu o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 4.237.

	31/12/2017	31/12/2016
(=) Lucro líquido do exercício	17.838	21.953
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	(15.971)
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	892	299
(=) Lucro base para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	16.946	5.683
(=) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>4.237</u>	<u>1.421</u>

24. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	46.988	44.767
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	74.922	61.459
Receita de obras de engenharia	8.743	9.221	15.174	14.999
Receita de construção (Saneamento) (*)	-	-	19.826	13.880
Receita de construção (Energia) (*)	-	-	15.713	-
Receita de locação de veículos e equipamentos	373	282	182	282
Cancelamentos	-	-	(2.962)	(4.381)
Impostos sobre prestação de serviços	(393)	(512)	(9.039)	(7.206)
	<u>8.723</u>	<u>8.991</u>	<u>160.804</u>	<u>123.800</u>

(*) Receita de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custos com pessoal	(608)	(2.389)	(9.450)	(11.473)
Custos com materiais e insumos	(469)	(891)	(11.304)	(19.405)
Custos com produtos químicos	(2)	(37)	(1.017)	(1.016)
Custos com serviços de terceiros	(360)	(1.133)	(8.318)	(3.451)
Custos com amortização	-	-	(3.298)	(5.323)
Custos com energia elétrica	-	-	(20.123)	(16.428)
Custos com construção (*)	-	-	(35.539)	(13.880)
	<u>(1.439)</u>	<u>(4.450)</u>	<u>(89.049)</u>	<u>(70.976)</u>

(*) Custo de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

26. Despesas Administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(2.235)	(2.309)	(5.738)	(7.296)
Com serviços de terceiros	(2.699)	(4.455)	(9.629)	(9.923)
Com viagem	(531)	(952)	(1.333)	(1.604)
Com locação	(264)	(663)	(1.091)	(1.549)
Com depreciação	(238)	(222)	(1.137)	(1.010)
Outras despesas	(988)	(2.047)	(3.768)	(5.391)
	<u>(6.955)</u>	<u>(10.648)</u>	<u>(22.696)</u>	<u>(26.773)</u>
Despesas Comerciais				
Com pessoal	-	-	(740)	(671)
Propaganda e Publicidade	(870)	(600)	(1.269)	(808)
Provisões contingenciais	(336)	-	25	(471)
Outras despesas	325	(102)	(174)	(821)
	<u>(881)</u>	<u>(702)</u>	<u>(2.158)</u>	<u>(2.771)</u>
	<u>(7.836)</u>	<u>(11.350)</u>	<u>(24.854)</u>	<u>(29.544)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras Receitas/Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	4.688	-	312	-
Mais valia na aquisição (b)	-	19.917	-	19.917
Despesas recuperadas	1.265	-	1.862	-
Outras receitas	-	875	884	3.075
	<u>5.953</u>	<u>20.792</u>	<u>3.058</u>	<u>22.992</u>
Outras despesas				
Perdas com investimentos	95	(41)	98	(41)
Despesas indedutíveis	(82)	-	-	-
Multas	(22)	-	(619)	(64)
Outras despesas	(336)	-	-	(1.276)
	<u>(345)</u>	<u>(41)</u>	<u>(521)</u>	<u>(1.381)</u>
	<u>5.608</u>	<u>20.751</u>	<u>2.537</u>	<u>21.611</u>

(a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.

(b) Compra vantajosa gerada através da combinação de negócio das adquiridas Urbeluz e Sanesalto, vide nota explicativa nº 12.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(113)	(115)	(14.036)	(11.896)
Despesas bancárias	(4)	(27)	(306)	(2.757)
Juros tributárias	(189)	(241)	(1.277)	(2.178)
Outras despesas financeiras	(12)	(25)	(1.725)	(1.301)
	<u>(318)</u>	<u>(408)</u>	<u>(17.344)</u>	<u>(18.132)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	348	357	991	892
Juros sobre faturamento	-	-	601	176
Desconto obtido	3	2	49	9
Rendimentos sobre títulos de dívida	2.507	-	2.766	-
Juros e atualização monetária sobre o ativo financeiro	-	-	935	-
Outras receitas financeiras	7	60	2.272	4.880
	<u>2.865</u>	<u>419</u>	<u>7.614</u>	<u>5.957</u>
	<u>2.547</u>	<u>11</u>	<u>(9.730)</u>	<u>(12.175)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social (reconciliação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro real				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	10.916	5.511
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	-	-	3.711	1.874
Reconciliação para despesas efetivas:				
Despesas não dedutíveis	-	-	(201)	(399)
Subvenção governamental	-	-	-	-
Efeito de impostos das subsidiárias no exterior	-	-	-	-
Outros	-	-	158	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	(3.754)	(2.273)
Taxa efetiva	-	-	34,39%	41,24%
Lucro presumido				
Vendas brutas	374	309	374	309
Serviços prestados	9.193	9.194	90.276	80.229
(=) Base de Presunção	9.567	9.503	90.650	80.538
Presunção lucro para IRPJ 32 e 8%	855	835	16.358	9.327
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	349	352	1.376	766
Base tributável	1.204	1.187	17.734	10.093
IRPJ apurado 15%	(180)	(178)	(2.660)	(1.514)
Adicional do IRPJ	(96)	(95)	(1.467)	(265)
Total IRPJ apurado	(276)	(273)	(4.127)	(1.779)
Presunção lucro para CSLL 32% e 12%	1.123	1.202	18.467	10.230
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	349	352	1.376	766
Base tributável	1.472	1.554	19.843	10.996
CSLL apurada	(132)	(140)	(1.786)	(990)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(408)	(413)	(5.913)	(2.769)
Total Imposto de renda e contribuição social (Lucro real e lucro presumido)				
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(408)	(413)	(9.419)	(5.042)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	-	-	(248)	-
	(408)	(413)	(9.667)	(5.042)

30. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do exercício	25.474	25.548
Lucro líquido atribuído a não controladores	7.636	3.595
Resultado atribuível aos acionistas	17.838	21.953
Quantidade de Ações	158.187.034	158.187.034
Lucro por Ação (Valor expresso em Reais)	R\$ 0,1128	R\$ 0,1388

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de distorção das ações ordinárias da Companhia.

31. Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico, gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa e fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti e Águas de Santo Antônio são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial.

O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2016, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

	Receitas Líquidas		Lucro Operacional	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saneamento Básico	66.383	53.590	23.803	25.086
Iluminação Pública	84.019	59.484	19.895	11.318
Saneamento Ambiental	4.703	3.949	1.262	629
Outros	5.699	6.777	3.059	7.126
	<u>160.804</u>	<u>123.800</u>	<u>48.019</u>	<u>44.159</u>
	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saneamento Básico	(4.189)	(5.035)	232.777	211.946
Iluminação Pública	(891)	(845)	70.401	59.781
Saneamento Ambiental	(332)	(231)	13.475	13.774
Outros	(283)	(222)	32.165	36.443
	<u>(5.695)</u>	<u>(6.333)</u>	<u>348.818</u>	<u>321.944</u>

32. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2016 e início de 2017, e vigentes até as datas variáveis em 2017, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat		
Estação de tratamento de esgoto	300	-
	<u>300</u>	<u>-</u>
Aguas de Itapema		
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	<u>42.935</u>	<u>24.000</u>
Urbeluz		
Responsabilidade civil	52.061	-
Impacto de veículo e queda de aeronaves	300	-
Responsabilidade civil do empregador	126	-
	<u>52.487</u>	<u>-</u>
	<u>95.722</u>	<u>24.000</u>

33. Instrumentos financeiros

33.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

33.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria		Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	258	258	644	644
Contas a receber	valor atualizado	2.083	2.083	524	524
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	36.809	36.809	90.487	90.487
Títulos de Valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	35.403	35.403	13.818	13.818
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	417	417	768	768
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	716	716	691	691
Partes relacionadas	Custo amortizado	22	22	5.586	5.586
Categoria		Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	3.211	3.211	5.012	5.012
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	17.370	17.370	27.648	27.648
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	62.051	62.051	62.916	62.916
Ativo financeiro	Valor justo por meio do resultado (*)	15.336	15.336	2.556	2.556
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	20.355	20.355	17.177	17.177
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	16.425	16.425	11.605	11.605
Empréstimos e financiamentos e Debentures	Custo amortizado	66.764	66.764	94.779	94.779
Partes relacionadas	Custo amortizado	50	50	540	540

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

33.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Risco de mercado - Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

		Saldo em Risco (*)	Cenários		
Risco	Provável		Possível (25%)	Remoto (50%)	
Ativo financeiro					
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	3.211	313	(78)	(157)
Debêntures Sanesalto	Redução da Taxa IGPM	12.965	648	(162)	(324)
Sanetrat CCI	Redução da Taxa IPCA	31.689	1.521	(380)	(761)
		<u>47.865</u>	<u>2.482</u>	<u>(620)</u>	<u>(1.242)</u>
Passivo financeiro					
CCB Itapema	Aumento na taxa IGPM	40.239	(2.012)	(503)	(1.006)
Capital de Giro Urbeluz	Aumento na taxa CDI	11.850	(1.155)	(289)	(578)
Finame	Aumento na taxa TJLP	941	(71)	(18)	(36)
Debêntures - Conasa SPE	Aumento na taxa IGPM	13.252	(663)	(166)	(332)
		<u>66.282</u>	<u>(3.901)</u>	<u>(976)</u>	<u>(1.952)</u>

- (*) Saldo em risco é o montante do ativo ou passivo vinculado à variação de taxa no exercício seguinte.

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- (a) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;

- (b) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

34. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

A companhia e suas controladas no ano de 2016, tiveram transações relevantes de investimento e financiamento, que não afetaram o caixa, portanto ajustadas na demonstração dos fluxos de caixa e relacionados a seguir:

- Reversão dos “Dividendos mínimos obrigatórios” destinados pela Controlada Águas de Itapema no montante de R\$ 1.421 (Controladora).
- Constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 892 e R\$ 4.237, respectivamente (Controladora e Consolidado).
- Aquisição das debentures emitidas pela Controlada Águas de Itapema no montante de R\$ 19.409 (Controladora).
- Aumento de capital na Controlada Sanetrat no montante de R\$ 40.106 (Controladora).
- Ágio gerado na aquisição da Envimax no montante R\$ 3.504 (Controladora).
- Desconsolidação da Águas de Santo Antônio efeitos nas rubricas: Intangível no montante de R\$ 5.337, Empréstimos a pagar no montante de R\$ 9.883, Outros no montante de R\$ 698 (Consolidado).

35. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

CONASA - Em 24 de janeiro de 2017 em Assembleia Geral cuja Ata foi levada a registro na Junta Comercial do Paraná a denominação da Companhia foi alterada para CONASA Infraestrutura S.A.

ÁGUAS DE ITAPEMA - Em 25 de janeiro de 2017 foi publicado o Termo de Convênio nº 012/2017/ARESC firmando entre o município de Itapema e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC, tendo por objeto a delegação pelo Município à ARESC as questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico. Esse convênio está em linha com a Lei 11.445 de 5 janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A Companhia entende que com o reestabelecimento da regulação estão colocadas as condições para apresentação à Reguladora de pleito para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para recompor o status quo ante à restrição imposta à cobrança de tarifa sazonal incidente sobre os grandes consumos no período de verão (dezembro a fevereiro). No exercício de 2016 o faturamento bruto da Companhia Águas de Itapema foi reduzido de R\$ 2.212. Os efeitos dessa redução persistirão no exercício de 2017 e serão relatados adequadamente nas demonstrações trimestrais.

A Águas de Itapema obteve aprovação para financiamento junto ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no montante de R\$ 13.200, juros remuneratórios de TJLP + 7,4% a.a. e 240 meses de prazo. Em 16 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a concessão de garantia fidejussória Águas de Itapema para contrair empréstimo junto ao para suportar o Plano de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Itapema.

MARABÁLUZ - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

NOVOS NEGÓCIOS - Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB Ativos Saneamento do Brasil S.A., empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceio Ltda. A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceio-AL com a CASAL Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura em 2 anos e consequente locação dos bens à CASAL por 30 anos. A ordem de serviço foi recebida pela Sanema em novembro de 2017.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R\$ 351 milhões (Lote 1) e R\$ 515 milhões (Lote 2). O Consórcio espera a promulgação do resultado e assinatura do contrato no 1º semestre de 2018.

PRT e PERT - Em 30 de maio de 2017, a Companhia e as investidas entraram no PRT - Programa de Regularização Tributária, com a inclusão de tributos, parcelados ou não, vencidos até 30/11/2016, com a redução de multas e juros e utilização de prejuízos fiscais.

Em 15 de novembro de 2017, com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, as empresas do grupo fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30/04/2017 inclusive os previdenciários, bem como compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Diretoria executiva

- Diretor Presidente: Mario Vieira Marcondes Neto;
- Diretor Administrativo Financeiro: Manoel Motta Netto;
- Diretor de Operações: César Ferreira de Menezes;
- Diretor de Relações com Investidores: Paulo Guida.
- Contador: Isaac do Nascimento - CRC PR 043.806/O-1

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-1